



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**WELLYDA DE ARAÚJO VIEIRA**

**CADEIA GLOBAL DE VALOR: A INFLUÊNCIA DA  
GOVERNANÇA INTERNACIONAL NA PRODUÇÃO DE  
CACAU NO BRASIL (2015-2020)**

PORTO NACIONAL/TO  
2023

**WELLYDA DE ARAÚJO VIEIRA**

**CADEIA GLOBAL DE VALOR: A INFLUÊNCIA DA  
GOVERNANÇA INTERNACIONAL NA PRODUÇÃO DE  
CACAU NO BRASIL (2015-2020)**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Dr. Fernando Furquim de Camargo.

PORTO NACIONAL/TO  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

V658c    Vieira, Wellyda de Araújo.  
Cadeia Global de Valor: a influência da governança internacional na produção de cacau no Brasil (2015-2020). / Wellyda de Araújo Vieira. – Porto Nacional, TO, 2023.  
74 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações  
Internacionais, 2023.

Orientador: Fernando Furquim de Camargo

1. Cadeia Global de Valor. 2. Produção de Cacau. 3. Cadeia  
Produtiva. 4. Governança. I. Título

**CDD 320**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

WELLYDA DE ARAÚJO VIEIRA

## CADEIA GLOBAL DE VALOR: A INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA INTERNACIONAL NA PRODUÇÃO DE CACAU NO BRASIL

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 16 / 06 / 2023

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente  
 FERNANDO FURQUIM DE CAMARGO  
Data: 30/06/2023 16:29:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Fernando Furquim de Camargo, UFT

Documento assinado digitalmente  
 FABIANA SCOLESO  
Data: 30/06/2023 17:06:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dra. Fabiana Scoleso, UFT

Documento assinado digitalmente  
 GLEYS IALLY RAMOS DOS SANTOS  
Data: 30/06/2023 16:41:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dra. Gleys Ially Ramos dos Santos, UFT

Porto Nacional, 2023

*Dedico este trabalho aos meus  
pais, minha avó, meu irmão e meus  
sobrinhos. Ou seja, aos amores de  
minha  
vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, sem Ele eu não teria chegado a lugar nenhum. Agradeço aos meus pais, Wesley da Silva Vieira e Wanessa Fernandes de Araújo, pois ao longo desses anos vocês têm sido minha inspiração, a verdadeira razão para que eu não desista. Agradeço a vocês por terem me dado a oportunidade de ir atrás dos meus sonhos, e além disso, agradeço por acreditarem em mim. Admiro-os pelo amor incondicional dado aos seus filhos e à nossa família. Não poderia deixar de agradecer minha avó, Luiza Candido Fernandes, meu irmão Warllyson de Araújo Vieira e minha cunhada Bruna Alves Pereira, meus sobrinhos queridos que tanto amo e que me fizeram tanta falta, Isabela e Fernando. Amo tanto vocês que a distância me matava de saudade e depois me ressuscitava só para me matar de novo. Todos vocês foram responsáveis por eu poder alcançar meus sonhos e é por vocês que enfrento as broncas da vida de cabeça erguida, pois foi assim que me ensinaram.

Agradeço a Erica Beatriz Guedes Corado por ter sido minha fiel amiga ao longo destes anos. Começamos a graduação juntas e chegamos ao final juntas. Sua amizade é muito importante para mim. Agradeço também a Levi Manoel dos Santos, James Dean Viturino Lira e Higor Roxette Vicente Guimarães por terem sido os melhores amigos que eu pude fazer durante a graduação. Nosso grupo foi tudo aquilo que disseram que não poderíamos ser. Carrego comigo todas as lembranças do que passamos ao longo desse tempo conturbado que foi nossa graduação. Vocês são meus amigos, mas também são família. Ohana. Amo vocês.

Agradeço também a Emilly Fernandes Otoni e Amanda Santos de Cerqueira por terem estado comigo em um momento tão delicado da minha vida. Estar com vocês foi bom, pois era como estar em casa em família. Emilly, agradeço pela força que sempre me deu, pelos dias realizando fotossíntese, você sabe que foi uma amiga e eu tenho todo carinho do mundo por você. Amanda, agradeço por estar presente em todos os momentos, mas não só isso, você é a pessoa de coração mais bonito que já conheci. Nenhuma outra paraense poderia se encaixar tão bem em minha vida.

Agradeço ao meu orientador Fernando Furquim de Camargo por acreditar na minha capacidade e não me deixar desistir. Seu incentivo e compreensão foram cruciais para a minha formação. Obrigado pelos conselhos e todo o conhecimento que me transmitiu; levarei isso para a minha vida. Além disso, agradeço por ter sido meu orientador e, o mais importante, por ter sido um amigo em todos os momentos. Também agradeço a Fabiana Scoleso por ter sido uma professora e amiga tão gentil e competente. Sem dúvida, você foi uma inspiração na minha trajetória acadêmica.

A todos mencionados aqui, espero que saibam o quanto os estimo. Cada um, à sua maneira, deixou uma marca na minha vida e compartilhamos experiências que apenas nós entendemos. Sentirei saudades, mas o que me conforta é saber que quando se faz verdadeiras amizades, sempre há um reencontro.

## RESUMO

A *commodity* do cacau como um produto com alto valor e potencial de exportação faz com que apenas a quantidade de sua produção não seja o suficiente para dar características à competitividade do comércio internacional. Na perspectiva das cadeias globais de valor, o Brasil é considerado um país que fornece matéria prima, enquanto a governança desta cadeia é concentrada em um país desenvolvido, onde é condensada a parte mais imponente da cadeia e que absorve os ganhos mais expressivos. Esse segmento do agronegócio é notado de maneira abrangente, sob a ótica da globalização produtiva e comercial. A produção de matéria prima, a industrialização e a comercialização são as características que comandam a Cadeia Global de Valor - CGV, e a produção do cacau vem passando por um significativo processo de concentração produtiva e aumento de produtividade. O objetivo deste trabalho é analisar como a governança da cadeia global de valor do cacau influencia na produção de cacau no Brasil. A partir de uma análise quantitativa e qualitativa de dados, foi possível constatar que a governança consegue incentivar a produção de cacau no Brasil através de programas para o desenvolvimento da cadeia produtiva do cacau. Conclui-se que os produtores de cacau no Brasil são influenciados a aperfeiçoar suas técnicas de tratamento à amêndoa do cacau para atender a demanda do comércio internacional, com base nos incentivos de instituições da governança da cadeia global de valor do cacau.

**Palavras-chaves:** Cadeia Global de Valor; Produção de Cacau; Cadeia Produtiva; Governança.

## **ABSTRACT**

The cocoa commodity as a product with high value and export potential means that the quantity of its production alone is not enough to give characteristics to the competitiveness of international trade. From the perspective of global value chains, Brazil is considered a country that supplies raw materials, while the governance of this chain is concentrated in a developed country, where the most important part of the chain is condensed and absorbs the most expressive gains. This segment of agribusiness is noted in a comprehensive way, from the perspective of productive and commercial globalization. The production of raw materials, industrialization, and commercialization are the characteristics that command the Global Value Chain - CGV, and cocoa production has been undergoing a significant process of productive concentration and increased productivity. The objective of this work is to analyze how the governance of the global cocoa value chain influences cocoa production in Brazil. From a quantitative and qualitative analysis of data, it was possible to verify that governance manages to encourage cocoa production in Brazil through programs for the development of the cocoa production chain. It is concluded that cocoa producers in Brazil are influenced to improve their cocoa bean treatment techniques to meet the demand of international trade, based on the incentives of governance institutions of the global cocoa value chain.

**Key-words:** Global Value Chain; Cocoa production; Productive chain; Governance.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1- Cacaueiro com frutos	50
Imagem 2- Cocho para fermentação das sementes de cacau	51
Imagem 3- Secagem de cacau de forma natural na barçaça	52
Quadro 1- Variável área colhida (hectare) entre 1974 a 1995	28
Quadro 2- Variável quantidade de cacau produzida (tonelada) entre 1974 a 1995	29
Quadro 3- Variável Rendimento médio da produção de cacau (quilograma por hectare) entre 1974 a 1995	30
Quadro 4- Variável área colhida (hectares) entre 2000 a 2014	42
Quadro 5- Variável quantidade produzida (tonelada) entre 2000 a 2014	43
Quadro 6- Variável de área colhida (hectare) entre 2015 a 2020	44
Quadro 7- Variável da quantidade produzida (tonelada) entre 2015 a 2020	45
Quadro 8- Variável de rendimento médio da produção (quilograma por hectare) entre 2015 a 2020	46
Quadro 9- Práticas agrícolas no cacau comum e no cacau fino	56
Gráfico 1- Número da quantidade produzida (t) por área colhida (ha) no Brasil	20

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR-PA	Associação de Crédito e Assistência Rural
AIPC	Associação das Indústrias Processadoras de Cacau
BEP	Banco do Estado do Pará
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira
CGV	Cadeias Globais de Valor
CIC	Centro de Inteligência do Cacau
CIC	Centro de Inovação do Cacau
CME	Coordenação da Mobilização Econômica
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAOSTAT	Divisão Estatística da FAO
FUNCAUCAU	Fundo de Apoio à Cacaucultura do Estado do Pará
FUSEC	Fundo Rotativo Suplementar para Expansão da Cacaucultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto Cacau da Bahia
ICCO	International Cocoa Organization
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará
INPC	Instituto Nacional de Patrimônio Cultural
IPEAN	Instituto de Pesquisas e Experimentação do Norte
IRD	Instituto de Investigação para o Desenvolvimento
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MCCS	Mars Center for Cocoa Science
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
PAC CACAU-PA	Programa de Aceleração do Crescimento e Consolidação da Cacaucultura no Estado do Pará
PCT SUL	Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia
PROCACAU	Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cacaucultura
SAGRI	Secretaria de Agricultura do Estado do Pará
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
WFC	World Cocoa Foundation

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>A CRISE DO CACAU NA BAHIA: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>O cacau no Pará a partir de 1970.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2</b>	<b>Produção de cacau no Pará e na Bahia entre 1974 a 1995: uma análise comparativa.....</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PRODUÇÃO CACAUEIRA.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>A produção de cacau no Brasil atualmente.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2</b>	<b>O programa de incentivo à produção de cacau no Pará.....</b>	<b>36</b>
<b>3.3</b>	<b>Instituições de apoio à cacauicultura na Bahia.....</b>	<b>38</b>
<b>3.4</b>	<b>Comparação da produção entre Pará e Bahia (2015-2020).....</b>	<b>41</b>
<b>4</b>	<b>AS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR.....</b>	<b>47</b>
<b>4.1</b>	<b>O modo de produção de cacau e suas considerações para o comércio.....</b>	<b>49</b>
<b>4.2</b>	<b>A especialização da amêndoa do cacau.....</b>	<b>53</b>
<b>4.3</b>	<b>A influência da governança da cadeia global de valor na produção de cacau no Brasil.....</b>	<b>56</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	
	<b>ANEXOS.....</b>	

## 1 APRESENTAÇÃO

O cacau é fruto do cacaueiro (*Theobroma Cacao*) e sua amêndoa é o principal produto comercializado após a fermentação e secagem, sendo utilizada na fabricação de chocolate de diversas qualidades (MELO, C; EMBRAPA, 2017). Após a colheita, os frutos são abertos, e as sementes e a polpa passam por um processo de fermentação por alguns dias. Nesse processo, o embrião das sementes de cacau morre, e elas passam a ser chamadas de amêndoas (JAVA CHOCOLATES, 2022). As amêndoas também podem ser utilizadas para extrair manteiga, amplamente utilizada na indústria farmacêutica e na fabricação de cosméticos. Para aproveitar todo o fruto, a polpa que envolve a semente é utilizada na fabricação de geléia, vinho, licor, vinagre e suco (MAPA/CEPLAC, 2020).

Com relação ao ciclo de vida, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-BRASÍLIA, 2018) afirma que o cacaueiro é uma planta perene, podendo ultrapassar os cem anos e, com um manejo adequado, apresenta potencial para uma boa produtividade. O cacau é conhecido por ser uma planta que pode ser domesticação, e com os tratos do manejo apropriado, é possível criar cacauais com produção em larga escala.

Durante muito tempo, acreditou-se que o cacau fosse um fruto originário da América Central. No entanto, de acordo Francisco Valdés (2013), pesquisador do projeto na jazida Santa Ana-La Florida, no cantão Palanda de Zamora Chinchipe, com a colaboração do Instituto Nacional de Patrimônio Cultural (INPC) do Equador e do Instituto de Investigação para o Desenvolvimento (IRD) da França, foram encontrados vestígios que apontam o uso social do cacau iniciado há cerca de 5,5 mil anos. Essa datação foi feita por meio do carbono 14 em utensílios de cerâmica encontrados na cultura Mayo-Chinchipe-Marañón em 2002, nesta região, e possivelmente se estendendo pela floresta peruana até o maior afluente da parte alta do rio Amazonas, na América do Sul, entre as bacias dos rios Amazonas e Orinoco (VALDÉS, 2013).

Em um contexto mais amplo, a origem do cacaueiro está localizada no norte dos Andes Peruano, seguindo pelo rio Amazonas em direção à bacia do rio Orinoco, na fronteira entre Brasil e Venezuela (VIANA, 2020). Essa trajetória ultrapassa os Andes e abrange regiões como Venezuela, Equador, Guianas, além de se estender para além da Pan-Amazônia, alcançando a América Central e a América do Norte,

incluindo México e Brasil. É importante destacar que o cultivo do cacau nas bacias do rio Orinoco e do rio Amazonas está conectado pelo canal Cassiquiare, pelo rio Negro e chega até o rio Solimões, formando o rio Amazonas (VIANA, 2020). A partir das regiões de origem, é possível identificar a distribuição dos diferentes tipos de cacau em cada localidade. São reconhecidos dois tipos principais de cacau: o Criollo, associado à região do rio Orinoco e presente na América Central e no sul do México; e o Forastero, disperso ao longo de vários rios da bacia Amazônica e das Guianas, com cultivo difundido no Brasil e na África Ocidental (VIANA, 2020).

Nos últimos anos, muito tem se discutido sobre o crescente fluxo do comércio e o investimento internacional para inovar a complexidade do conjunto que compõe as negociações contemporâneas internacionais. Com isso, é possível observar uma seção de setores que se divide em cadeias, resultando na produção, em escala global, desses setores. As inovações que estão sendo aplicadas ao novo modo de exercer as relações do comércio exterior são baseadas em estratégias que visam potencializar a comercialização de produtos, aumentar sua produtividade e reduzir seus custos. A exploração dos produtos agrícolas para exportação tem sido alvo das cadeias internacionais de produção. No Brasil, que possui um baixo nível de industrialização, as Cadeias Globais de valor (CGV) buscam mercados nos quais possam haver vantagens de investimento, e as *commodities* ganham destaque devido à sua lógica de mercadoria em estado primário ou de industrialização simples, e comercialização convencionada ao mercado financeiro internacional, dependendo do fator de oferta e demanda.

Todos esses fatores promovem um mercado competitivo para a amêndoa de cacau e do chocolate brasileiro. Devido a todas as mudanças do novo cenário mundial, as empresas competem por inovação, por entendimento do produto no qual se tem objetivo de comercializar. A importância de entender o mercado, de como as potencialidades agregam valor ao produto são diferenciais que as redes de negócios buscam aprimorar. No entanto, as práticas de produção de cacau executadas no Brasil são aprimoradas, mas não reinventadas. Há significância no modo como os agricultores realizam a produção de cacau, tendo em vista que esses fatores são agregadores de valor no comércio internacional. E para que estas técnicas sejam mantidas, as instituições internacionais voltadas para cadeia global de valor do cacau agem de forma a incentivar a perpetuação destas práticas.

Com isso, o cacau passa de uma forma sustentável de manutenção das florestas e subsistência da agricultura familiar para ser ressignificado como “mercadoria”. Há, então, a utilização de sua raiz sustentável e favorável ao meio ambiente para ser comercializada e atender às novas demandas dos novos tipos de mercado. Seu espaço de produção é movido pela força do capital em prol do comércio. A partir disto, é possível perceber que houve, ao longo dos anos, o esforço exercido para que o estado da Bahia se mantivesse como maior produtor nacional de cacau. A problemática, então, gira em torno da utilização do espaço agrícola para a acumulação produtiva em prol do capital e da força do sistema internacional para influenciar na produção nacional de cacau.

Este trabalho é essencial para que haja a compreensão de como os produtores de cacau são submetidos à demanda do mercado internacional. Além disso, a exposição de como os esforços dos produtores estão associados à sua boa vontade de adotar boas práticas na agricultura, e não a partir da perspectiva de exploração do capital, que os condiciona a manter suas práticas agrícolas apenas visando o aumento da produção. Para isso, o objetivo geral deste trabalho é analisar como o mercado internacional influencia a cadeia de produção da commodity do cacau, a partir da cadeia global de valor, no período de 2015 a 2020. Os objetivos específicos são analisar os dois maiores produtores de cacau no Brasil e ponderar sobre como esses espaços são utilizados para a produção agrícola; analisar a produção de cacau na Bahia de 1974 a 1990, levando em consideração os antecedentes da crise da vassoura de bruxa; apresentar o modo de produção de cacau como mercadoria.

Para que sejam executados os objetivos, a metodologia utilizada neste trabalho, conforme sugerida por Marconi e Lakatos (2015), será realizada uma pesquisa básica de cunho exploratório, utilizando dados quantitativos e qualitativos. Será conduzida uma pesquisa bibliográfica de artigos, teses, notas técnicas da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica e etc, e também a análise de dados com o uso de dados referentes à produção do cacau, principalmente aqueles disponibilizados pelo IBGE. Para a análise deste trabalho foi utilizado o conceito de Cadeia Global de Valor (CGV), de Gary Gereffi e Karina Fernandez-Stark (2016), o estudo sobre a Governança nas Cadeias Globais de Valor, de Gary Gereffi, John Humphrey e Timothy Sturgeon (2005), e o estudo de Claudia Villegas Delgado sobre a proposta de escalas de produção geográfica de

Neil Smith e a lógica espacial da geografia do capitalismo, de William Robinson, intitulado de *La Producción de las Escalas Geográficas en el Capitalismo Global* (2020). É importante ressaltar as dificuldades encontradas durante o período de pesquisa para acessar os dados referentes à bibliografia do cacau, especialmente no estado do Pará. Muitos dados não estão disponíveis online, o que dificultou o acesso a informações específicas. Além disso, as literaturas mais antigas sobre a história do segmento do cacau e seus investimentos no Pará e na Bahia, estão localizadas em bibliotecas bastante específicas nestes respectivos estados.

Além da introdução, esta monografia está dividida em 3 capítulos. O capítulo I terá uma abordagem histórica. O objetivo deste capítulo é apresentar o histórico da produção de cacau, destacando o seu auge no estado da Bahia e os principais aspectos que levaram à crise do cacau. Além disso, será abordado o início da produção no estado do Pará, evidenciando a transição gradual do eixo de produção. É importante destacar que este capítulo também aborda a influência do cenário internacional na primeira etapa das crises que culminaram na chegada da vassoura de bruxa na Bahia. Embora a literatura atribua a diminuição da produção principalmente à crise da vassoura de bruxa, desde a crise de 1929 com a queda da bolsa, a cacauicultura baiana já enfrentava problemas. O objetivo deste capítulo é demonstrar como a cacauicultura baiana perdeu sua hegemonia, agravada por fatores externos e internos, e apresentar dados sobre a queda na produção na Bahia, além de iniciar uma comparação com o estado do Pará, que estava no início de sua trajetória na cacauicultura no modo de produção atual. Por fim, será realizada uma análise da área de produção e da quantidade de cacau colhido entre Pará e Bahia no período de 1974 a 1995.

O capítulo II será dedicado à análise da mudança do eixo dinâmico de produção de cacau. No passado, o estado da Bahia era o maior produtor, porém, com a mudança do eixo dinâmico, o estado do Pará assumiu a liderança como o maior produtor do Brasil. Este capítulo é de grande importância, pois nele será examinado o notável crescimento do estado do Pará em contraste com a diminuição da produção na Bahia. Será apresentada a evolução da produção no Pará, levando em consideração os investimentos realizados, mesmo considerando que a Bahia sempre teve mais recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento. O objeto de análise será o cacau como produto e como sua utilização está vinculada à acumulação produtiva em benefício do capital. Além disso, também será

demonstrado como as instituições de desenvolvimento contribuem para a continuidade da Bahia como principal produtora de cacau no Brasil. Por fim, será realizada uma análise mais recente dos dados de produção de cacau e do tamanho da área de colheita, com o objetivo de mostrar como o Pará conseguiu aumentar sua produção em contrapartida à Bahia, que mesmo com apoio significativo está perdendo sua posição de maior produtora. Será feita também uma análise do período de 2015 a 2020 para apresentar o crescimento contínuo da produção de cacau no estado do Pará e destacar a inviabilidade da produção na Bahia.

O capítulo III aborda a base de como o mercado da commodity do cacau é comandado pela demanda internacional. O que ocorre internamente é apenas um reflexo dessa demanda internacional. Será analisada a dinâmica das cadeias globais de valor e como elas influenciam a demanda na cadeia de produção do cacau. O objetivo é demonstrar como as exigências internacionais impactam o modo de produção da cadeia produtiva, levando em consideração os cuidados necessários para a produção do cacau. Em outras palavras, busca-se mostrar como o cenário internacional influencia o modo de produção do cacau em benefício próprio, evidenciando como a produção de cacau requer tratamentos cuidadosos para ser comercializada no mercado internacional. Além disso, será apresentado o papel das instituições internacionais do cacau na manutenção da subordinação dos produtores de cacau no Brasil aos interesses do mercado internacional.

## 2 A CRISE DO CACAU NA BAHIA: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO

Na literatura, relata-se que os primeiros pés de cacau no sul da Bahia foram importados do Pará pelo botânico franco-suíço Louis Frederic Warneaux para a propriedade do agricultor Antônio Dias Ribeiro, na fazenda Cubículo, às margens do Rio Pardo, onde atualmente se localiza o município de Canavieiras (RANGEL, 1982). Ou seja, a árvore do cacau não é nativa do estado da Bahia. Nesse primeiro contato com as sementes do cacau, o plantio não estabeleceu a atividade econômica cacauzeira na região, pois foram apenas plantas introduzidas na fazenda. Chiapetti (2009) destaca que o que impulsionou a expansão das roças de cacau na região foi o declínio da atividade canavieira e o aumento da demanda e do preço das amêndoas de cacau no mercado internacional.

Ao contrário do senso comum estabelecido ao longo dos anos, a crise do cacau na Bahia não teve início em 1989 com a introdução da praga vassoura-de-bruxa, causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*. Garcez (1982) refere-se à lavoura cacauzeira da Bahia como uma lavoura permanentemente em crise, posicionamento que se coaduna com a perspectiva gramsciana de que as crises revelam “contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar, defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites” (GRAMSCI, 1968, p.46). Com isso, compreende-se que as crises do cacau na Bahia devem ser analisadas a partir da percepção estrutural da construção de sua problemática.

A primeira consideração é que a região cacauzeira<sup>1</sup>, assim como outras regiões, não é autônoma e, por isso, não deve ser avaliada de forma isolada. É comum que as análises sobre o cacau na Bahia não levem em consideração a política econômica nacional que se desenvolvia à época. No entanto, esta pesquisa reconhece sua importância, uma vez que:

“as intervenções estatais não produziram apenas grandes infraestruturas e instituições, mas também moldaram uma visão de mundo, isto é, um modelo de desenvolvimento e de construção de uma nacionalidade com base em

---

<sup>1</sup> “A região cacauzeira da Bahia é uma área do estado da Bahia que se destaca pela produção de cacau, uma cultura que foi introduzida na região no século XVIII e que se tornou uma importante fonte de riqueza para a região. A região é composta por diversos municípios, como Ilhéus, Itabuna, Uruçuca, Ibicaraí e Coaraci, entre outros. A cultura do cacau se desenvolveu principalmente no período entre as décadas de 1920 e 1980, quando a região passou por um processo de modernização e expansão da produção”. (LEAL, João Bosco. A economia do cacau na Bahia: um estudo de história econômica. São Paulo: Hucitec, 1994).

um projeto de modernização o qual se denominou de nacional-desenvolvimentismo” (NOBRE M; 2012, p.75).

Assim, a política nacional entre o período de 1930 a 1980 é considerada de suma importância para o desenvolvimento da produção de cacau na Bahia e, conseqüentemente, no Brasil. Entende-se que foi durante este período que ocorreu o auge e a queda da produção de cacau. Levando isso em consideração, e observando o modelo político-econômico da época, o nacional desenvolvimentismo procurava articular uma visão de futuro e uma proposta de estratégia de desenvolvimento com o interesse nacional e a identidade cultural do Brasil, redefinindo o papel do Estado e as formas de inserção internacional do país (BRESSER-PEREIRA, 2011).

Segundo BIELSCHOWSKY (2000), a economia brasileira desenvolveu-se por meio de um intenso processo de industrialização e modernização, impulsionado por políticas públicas de substituição de importações e investimentos em setores estratégicos realizados pelo Estado. No entanto, a partir dos anos 1980, ocorreram mudanças significativas na economia brasileira, com a abertura comercial e financeira e a adoção de políticas neoliberais, que alteraram o modelo de desenvolvimento anterior. Durante esse período, foram empregados métodos de planejamento com objetivos e metas estabelecidas em conjunto pelo setor público e privado, visando à ampliação da produtividade econômica.

Em consonância com o projeto de desenvolvimentismo nacional no Brasil, os acontecimentos históricos internacionais da época também são importantes para entender as crises do cacau no Brasil. A crise de 1929 pode ser considerada o primeiro impacto sofrido pela economia do cacau no Brasil. A quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 teve um impacto significativo no mercado internacional de cacau, resultando em uma queda na demanda global por produtos de luxo, incluindo o chocolate, o que afetou diretamente o mercado de cacau. Os Estados Unidos eram o principal comprador do cacau da região, e como o cacau seguia a lógica de exportação de produtos primários, seu preço era determinado pela bolsa de valores americana (CHIAPETTI, 2009).

Além disso, os preços do cacau despencaram, o que afetou os produtores, muitos dos quais já enfrentavam dificuldades financeiras devido à queda na produção e ao aumento dos custos. Nesse contexto, o sistema econômico mundial, que subordina seus dependentes, conseguiu desorientar a força política e

econômica de determinada região, como no caso da região cacauzeira. Isso ocorreu devido ao fato de o modelo de desenvolvimento adotado naquela época estar sujeito às transformações da política e da economia internacional. Assim, já na década de 1930, 59 anos antes da praga vassoura-de-bruxa, é possível perceber controvérsias na história sobre a grandeza que foram os tempos da produção de cacau no Brasil.

Desse modo, a partir do período de 1929, a conjuntura do cacau na Bahia passou por transformações não apenas na esfera econômica, mas também em relação às condições naturais do plantio no estado. Segundo BRITO (1996), em sua pesquisa, destacou-se que:

“O desenvolvimento da lavoura cacauzeira deveu-se a causas ligadas à existência de uma situação de equilíbrio entre a oferta e a demanda mundial, secundada pela ausência de flutuações bruscas nas cotações, mantidas dentro dos níveis do preço por atacado para mercadorias em geral. Essa situação, porém, tende a modificar-se à proporção que aumenta o volume de oferta e às exigências dos mercados.

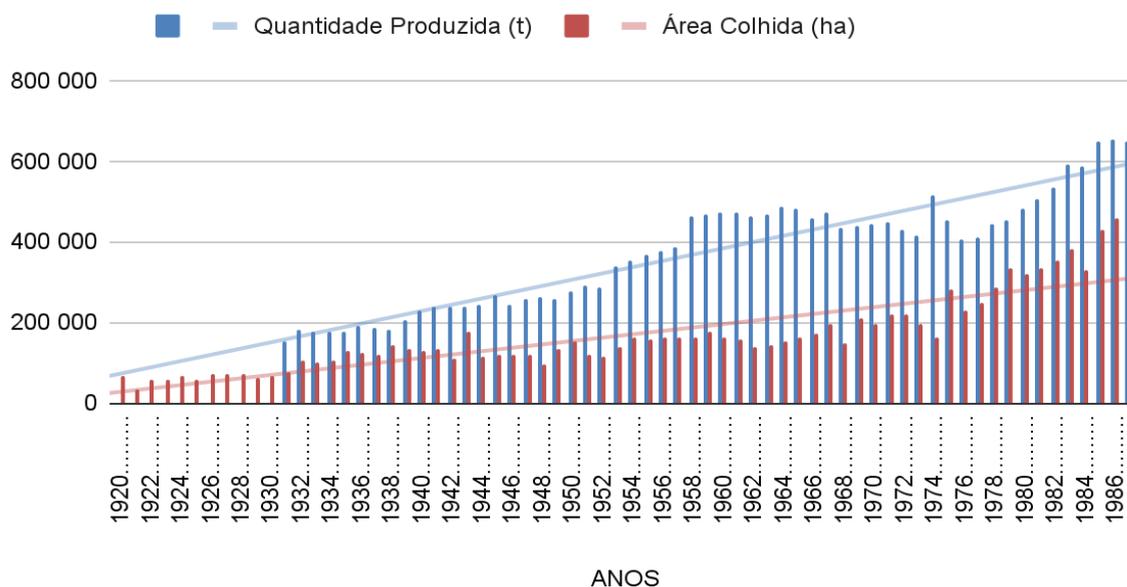
O sistema produtivo desenvolvido ao sabor das conveniências imediatas do crescimento da demanda, logo começa a apresentar as suas fissuras internas. Os índices de produtividade decresceram, tanto por envelhecimento das primeiras plantações como pelas condições que acompanharam a expansão da lavoura realizada aleatoriamente, sem amparo tecnológico que oferecesse qualquer orientação na escolha dos solos ou das sementes para a instalação de novas roças.

As primeiras plantações caducaram e os melhores solos empobreceram. Além disso, a euforia que marcou os anos compreendidos entre 1890 a 1930, considerado o período áureo para a lavoura do cacau, imprimiu uma dinâmica própria e descontrolada ao processo de crescimento das plantações, resultando na ocupação de áreas inaptas para o cultivo do cacau.” (BRITO; S. B.; Lavoura Cacauzeira da Bahia: Caracterização da Crise Atual. 1996, p.6)

Então, conforme o trecho citado acima, neste momento é possível perceber que o método de produção na Bahia, em 1930, não possuía amparo para o manejo e cultivo adequados, o que resultava em uma defasagem na quantidade de produção em relação à demanda internacional em ascensão. No entanto, as pesquisas da época, em geral, ao observarem os números da quantidade de produção, não levavam em consideração o aumento significativo da área destinada à produção e, conseqüentemente, à colheita. Abaixo é mostrado um gráfico comparativo relacionado à quantidade de cacau produzida conforme aumenta a quantidade de área de colheita, entre os anos de 1920 a 1986 (GRÁFICO 1):

Gráfico 1- Número da quantidade produzida (t) por área colhida (ha) no Brasil

## QUANTIDADE PRODUZIDA (t) vs ÁREA COLHIDA (ha)



(Fonte: IBGE - Elaborada pela autora, 2023).

No gráfico acima, é possível analisar que a partir de 1930 ocorreu um crescimento na produção de cacau no Brasil, especialmente no estado da Bahia, que se tornou o maior produtor nacional. Apesar dos momentos de queda na produção, é perceptível que a área destinada à colheita aumentou mais do que o número de produção, alcançando mais de 600.000 mil hectares de terra em 1984. É importante ressaltar que, em 1930, ainda não existia um órgão regulamentador das boas práticas e de assistência ao produtor de cacau que atuasse de forma a apoiar o agricultor. Brito (1996), destaca ainda que na época os interesses dos setores de cacau na Bahia eram descentralizados, ou seja, não havia um trabalho em conjunto para que houvesse o aumento real dos números. A autora explica que os setores de produção, exportação, comércio e indústria “repousa sobre interesses diferentes colocados em planos diferentes: produtores (na região), exportadores (em Salvador), indústrias (nas multinacionais), indústria chocolateira (sul do Brasil) e consumidores no estrangeiro” (BRITO, 1996, p. 7).

Com a economia cacauera afetada pela crise de 1929, os produtores reivindicaram assistência para suas lavouras. Foi então que Joaquim Ignácio Tosta Filho ficou responsável pela elaboração de um projeto de criação de um instituto para defesa do cacau e fomento agrícola. O decreto nº 7.430 de 8 de junho de 1931

estabeleceu a "Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada - Instituto Cacau da Bahia" (RANGEL, 1982; ROCHA, 2008; BRITO, 1996). O Instituto Cacau da Bahia - ICB, segundo Chiapetti (2009), foi o primeiro sistema técnico-científico de organização e defesa da atividade cacauífera. Além de ser responsável pelo desempenho das lavouras de cacau por meio de boas práticas, o ICB também tinha outros objetivos básicos, conforme apontados por Brito (1996):

“promover a prosperidade das lavouras de cacau; amparar os legítimos interesses dos lavradores; difundir os ensinamentos de técnicas modernas, relativos a cultura, trato e beneficiamento do cacau e aproveitamento dos subprodutos; desenvolver novas culturas e indústrias (para evitar os males da monocultura); realizar pesquisas, analisar experiências, mantendo laboratórios e estações experimentais; promover a aquisição de máquinas, adubos, inseticidas, enfim todo insumo necessário ao desempenho de uma agricultura moderna; conceder empréstimos hipotecários a longo prazo; oferecer serviços de informações comerciais; participar de comercialização vendendo produto que lhe fosse consignado pelos associados; participar, através de propostas e sugestões, da adoção de medidas definitivas ou emergenciais necessárias ao progresso e amparo da lavoura e comercialização do produto, isso é, participar da política dentro da economia do cacau.” (BRITTO, 1996, p. 13 e 14)

Essas são as bases do que o Instituto Cacau da Bahia exercia na região cacauífera, com seus deveres e obrigações. É possível perceber que o instituto ficou responsável por quase todas as etapas da economia do cacau, desde a pesquisa até sua comercialização. Rangel (1982) discorre que o ICB conseguiu, por pelo menos 8 anos, oferecer serviços eficientes à lavoura e estabelecer condições sociais e econômicas por meio da assistência de crédito para recompor as dívidas advindas da quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929. No entanto, Brito (1996) destaca que o modelo no qual o ICB estava organizado resultou em conflitos internos entre os associados, somados à insatisfação dos produtores com o monopólio exercido pelo instituto na comercialização direta do cacau, o que causou seu enfraquecimento.

A modernização promovida pelo Instituto Cacau da Bahia possibilitou o aumento da área destinada à colheita e, conseqüentemente, da quantidade de amêndoa produzida, como pode ser observado no gráfico número 1. No entanto, no final da década de 1930 e início da década de 1940, houve grande instabilidade no mercado internacional devido à Segunda Guerra Mundial. Essa guerra foi o fator desencadeador de mais uma crise interna na indústria do cacau. As circunstâncias da guerra afetaram todos os países produtores de cacau, incluindo o Brasil. O

fechamento dos mercados devido à guerra resultou na diminuição do consumo de chocolate, cujo principal ingrediente são as amêndoas de cacau.

Como solução para conter a crise na indústria do cacau, o Estado interveio na comercialização das amêndoas de cacau por meio da Portaria n° 63 de 1943, emitida pela Coordenação da Mobilização Econômica (CME). Essa portaria concedeu ao Instituto Cacau da Bahia o monopólio da exportação, transporte, armazenagem e industrialização do cacau durante as safras de 1943 a 1946, sendo revogada em 1947. No entanto, de acordo com Rangel (1982), o Instituto Cacau da Bahia não possuía estrutura adequada para lidar com todo o volume de cacau da região cacauzeira. Além disso, os armazéns estavam superlotados devido à falta de acesso ao mercado internacional, o que resultou em problemas como sujeira, mofo e infestação de insetos nos estoques de cacau, tornando-os inadequados às exigências do mercado internacional.

Como já dito anteriormente, a partir da década de 30, os governantes do Brasil colocaram em prática o modelo do nacional desenvolvimentismo. O ano de 1956 foi o início do período presidencial de Juscelino Kubitschek (1956/61), que objetivou o crescimento de cinquenta anos de progresso em cinco. Segundo Skidmore, a estratégia de Kubitschek merece o rótulo de 'nacionalismo desenvolvimentista' e não simplesmente 'desenvolvimentista'. De acordo com Santos (1979):

“as exportações nacionais tinham fundamental importância para o financiamento do ambicioso programa econômico de Kubitschek, porquanto a capacidade de importar da economia seria determinada pelos lucros com as exportações, somados aos recursos providos de fontes públicas e privadas do exterior. E para o programa de importação de equipamentos e bens de capital destinados a desenvolver o parque industrial, o crescimento das exportações se revestia como, aliás, se reveste, de um valor vital” (SANTOS, 1979, p. 34)

Assim, com a definição do processo de substituição de importações e a intensificação da produção industrial, a política agrícola de exportação tornou-se vinculada aos objetivos do processo de industrialização de Juscelino Kubitschek. No entanto, em 1956, o preço das amêndoas estava baixo e o endividamento dos produtores havia aumentado. Os agricultores esperavam que o Instituto Cacau da Bahia formulasse uma solução para esses problemas, mas, como este tinha sido transformado em autarquia estadual, sua atuação acabou sendo limitada. Como medida para enfrentar as crises, a Comissão Executiva para o Plano da Lavoura

Cacaueira (CEPLAC) foi criada pelo decreto nº 40.980 de fevereiro de 1957 (BRASIL, 1957), com os seguintes objetivos:

- “a) a execução das medidas necessárias à restauração da lavoura, ampliação, melhoria e racionalização, nas fazendas e nos centros regionais, das condições de colheita, armazenagem, preparo, beneficiamento e criação de meios para o combate às pragas e doenças e assistência técnica, através de trato cultural e extensão agrícola, visando ao aumento da produtividade do cacau, pela redução dos custos de sua produção e elevação da produção unitária;
- b) a assistência financeira aos cacauicultores, cujos débitos provenientes de despesas de custeio e investimentos de melhoria se elevem acima da queda dos preços do cacau, desde que, no interesse da produção e da recuperação da lavoura, examinado em cada caso, nos termos das instruções específicas que serão baixadas, se torne imprescindível o amparo oficial”. (BRASIL, 1957)

Neste momento, a CEPLAC se desenvolvia, e por isso seus resultados não foram imediatos. De acordo com Santos (1979), a atuação dessa instituição pode ser dividida em três fases: a fase "Bancária" (1957-1962), a fase de Estruturação Técnico-Científica (1962-1976) e a fase de Expansão (a partir de 1976).

## **2.1 O Cacau no Pará a Partir De 1970**

Segundo Mendes (2018), até 1969, o estado do Pará não possuía lavouras de cacauero racional ou tecnicamente instaladas. Isso não significa que não havia o cultivo de cacau por agricultores. O que ele afirma é que não existiam lavouras esquematizadas com os conhecimentos da época, nem modificação ou acompanhamento técnico. Era uma agricultura extrativista em que o produtor colhia os frutos dos cacaueros existentes. Conforme Mendes (2018), esses cacauais eram, em sua maioria, “nativos, alguns semi-cultivados, e apresentavam-se de forma desordenada na floresta sem obedecer a espaçamentos regular” (MENDES, 2018, p. 87).

No estado do Pará, ao contrário do estado da Bahia no mesmo período, os tratos de manejo nos cacauais eram limitados à colheita dos frutos e, às vezes, à limpeza de ervas invasoras com o uso do facão (MENDES, 2018). O autor relata ainda que o modo de colheita dos cacauais naquela época prejudicava o rendimento médio da produção da árvore, pois "envolvia-se o fruto com um laço até o pedúnculo, fazia-se uma torção seguida de um puxão para baixo, dilacerando a

casca do cacaveiro ao destacar o fruto, destruindo, muitas vezes, por completo as almofadas florais das árvores" (MENDES, 2018, p. 88). A cacauicultura dividia espaço na floresta com outras espécies de árvores de valor econômico atribuído a elas. Assim, pode-se perceber que a produção de cacau no Pará ainda não era suficiente para garantir, sozinha, retorno econômico aos produtores de cacau a ponto de eles conseguirem subsistência.

Pelo fato de os frutos não serem colhidos em grande quantidade, era comum acumular as amêndoas ainda envoltas em sua polpa, sendo possível extrair o "mel" do cacau para a produção de geleia, vinho ou capilé (MENDES, 2018). A falta de conhecimento técnico na produção de cacau levou os produtores a colher os frutos em diferentes estágios de maturação, contrariando as recomendações, e expor as amêndoas ao sol para secagem. Embora esse método de secagem fosse utilizado, ao realizar o corte de seleção da amêndoa, percebia-se a falta de fermentação, o que resultava na classificação final da amêndoa como refugo (MENDES, 2018).

O início da atividade cacaveira esquematizada no Pará ocorreu, no mínimo, 40 anos após o início das lavouras na Bahia. Para viabilizar essa atividade, foram estabelecidos programas para a implementação dos novos cacaveiros. Esses programas podem ser divididos em três períodos importantes: 1971 a 1974, 1974 a 1975 e 1976 a 1979. Seguindo a lógica da época, embasada no desenvolvimentismo e na necessidade de explorar a Amazônia, Álvares-Afonso (1979) argumenta que a intensificação do cultivo de cacau na região amazônica, que é o centro de origem botânica do cacaveiro, é desejável. Essa intensificação é fundamentada em quatro aspectos básicos:

- “1. Estratégico - por se tratar de um cultivo capaz de fixar o homem à terra e colaborar na ocupação dos vazios demográficos da Amazônia e povoar suas extensas faixas de fronteiras em forma nodular;
2. Ecológico - por se tratar de um cultivo tipicamente conservacionista e mantenedor do equilíbrio do meio ambiente, imitando a floresta;
3. Económico - assegurar ao agricultor conveniente remuneração, enquanto que contribui para a melhoria das balanças de pagamento regional e nacional, através de crescimento da receita cambial;
4. Político Agrícola - promover um melhor balanceamento da produção de cacau a nível nacional, através de melhor distribuição da produção entre os estados brasileiros que reúnam condições de produzi-lo, evitando destarte as indesejáveis flutuações causadas pela participação quase exclusiva da Bahia, detendo 95 por cento da produção nacional.” (ÁLVARES-AFONSO; F. M. A. 1979, p. 6)

Para viabilizar os aspectos mencionados anteriormente, foi necessário o planejamento do Programa Cacau em 1971, também conhecido como Programa Inicial. Esse programa foi coordenado pelo governo do estado do Pará e executado por diversas instituições, incluindo a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI), a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), o Instituto de Pesquisas e Experimentação do Norte (Ipean), a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar-Pará), o Banco do Brasil, o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (Idesp) e o Banco do Estado do Pará (BEP). Essas instituições atuaram de forma colaborativa para fomentar a agricultura cacaueira no estado do Pará (MENDES, 2018).

A exequibilidade do projeto e seus benefícios foram justificados da seguinte forma por Pinheiro et. al. (1971):

- 1) “fazer o uso das condições ecológicas favoráveis para a produção de cacau na Amazônia e, particularmente, no estado do Pará, visando promover uma melhor distribuição da produção de cacau nos estados brasileiros, procurando, assim, minimizar as indesejáveis flutuações no volume físico da produção e consequentes reduções no montante de divisas geradas das exportações do produto.
- 2) promover a modernização do cultivo do cacau nas áreas produtoras tradicionais no Estado do Pará, através da vulgarização e introdução dos conhecimentos científicos gerados pela Ceplac no centro de pesquisa do cacau, entre os cacaucultores paraenses.
- 3) dar uso alternativo as áreas de pimenta do reino, hoje em fase de decadência ou ameaçados em futuro próximo pela incidência de moléstias tais como: a podridão e o mosaico do pepino.
- 4) colaborar com o governo federal, de modo a incentivar o plantio de cacau junto a colonos em áreas objetos de programas de desenvolvimento (Transamazônica), com finalidade de promover uma fixação definitiva do homem à terra, através dos laços de uma cultura permanente.” (MENDES; F.; 2018, P 91-92 APUD PINHEIRO et. al., 1971).

A partir do trecho acima, percebe-se que a cultura do cacau no estado foi planejada de forma abrangente, visando não apenas contribuir para o desenvolvimento econômico da cadeia produtiva do cacau para fins de exportação, embora esse também fosse um dos objetivos. O projeto levou em consideração o aproveitamento do bioma natural do cacau para obter uma produção melhor e mais rentável. Além disso, como mencionado anteriormente, o cacau era cultivado em sua forma "selvagem", e o projeto visava introduzir na região plantas que já contassem com o conhecimento técnico da Ceplac. Um ponto interessante foi o estímulo à abertura da rodovia Transamazônica, o qual estava relacionado ao contexto político

do início da década de 70 e ao governo Médici, que utilizou o projeto como apoio para promover a colonização da Amazônia, associando a cultura permanente ao projeto de subsistência dos imigrantes na região.

Com isso, percebe-se a diferença entre o início da "organização" das plantações de cacau no Pará em comparação com o histórico da Bahia. No Pará, o processo teve início de forma mais planejada, contando com maior suporte desde o início. Foram consideradas a necessidade de pesquisa e a implementação de projetos para dar suporte às plantações. Por outro lado, na Bahia, a cultura do cacau teve um começo mais informal, a partir de uma única muda "selvagem" em uma fazenda, e levou um longo período de tempo até que projetos fossem implementados para auxiliar as plantações. Além disso, a Bahia enfrentou duas crises significativas, a de 1929 e a da Segunda Guerra Mundial, ao passo que o Pará teve a vantagem de começar com um maior apoio e suporte desde o início.

Para a escolha das áreas a serem implantadas, os pesquisadores do Projeto Cacau analisaram diversos fatores, como os índices pluviométricos, a luminosidade, o limite de temperatura favorável e as características do solo e clima. Com base nesses critérios, foram selecionadas três áreas para o Programa Inicial do Projeto Cacau no Pará. A primeira área compreendia os aluviões das várzeas e ilhas, que eram consideradas áreas tradicionais. A segunda área era a dos Pimentas decadentes, localizada em Tomé-Açu. E a terceira área era aquela que estava sendo objeto de programas de desenvolvimento, como a região da Transamazônica. Nessa primeira fase, esperava-se utilizar a tecnologia desenvolvida pela Ceplac a partir das plantações de cacau na Bahia, distribuindo sementes híbridas de alta performance no Pará (MENDES, A.; 2018, p.94).

O segundo programa, realizado de 1974 a 1975, foi considerado uma continuidade do projeto anterior. Segundo Araújo e Tourinho (1976), o programa de 1974 contou com o apoio de um novo convênio para a agricultura cacauífera, estabelecendo uma parceria entre a Secretaria de Agricultura, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e a ACAR-Pará. Nesse programa, a Ceplac assumiu a coordenação técnica para o suprimento de recursos financeiros, sementes e insumos modernos, bem como a instalação de campos de produção de sementes (MENDES, 2018). (A Secretaria de Agricultura ficou responsável pela interiorização dos insumos, pela cessão de áreas para instalação dos campos de produção de sementes e pelo direcionamento dos recursos financeiros para a execução do

projeto. Já a ACAR-Pará foi encarregada de executar o projeto em nível produtor e, conseqüentemente, de implantar a estrutura específica para a assistência técnica à cacauicultura (ARAÚJO E TOURINHO, 1976).

De acordo com Mendes (2018), no plano anual de trabalho elaborado pela ACAR-Pará no início de 1974, foram estabelecidos os seguintes objetivos para o programa de transformação da cacauicultura paraense:

“no prosseguimento das intenções preconizadas pelo Programa Inicial Cacau, mantinha-se a partir desse momento os objetivos de, a médio e longo prazo, tornar o Estado do Pará um grande produtor de cacau, através do plantio correto e racional de híbridos de alta linhagem, aproveitando-se as condições ecológicas favoráveis, à ocorrência de mancha de solo de alta fertilidade, à mão de obra e às perspectivas conjunturais que conferia ao estado do Pará características positivas como potencial produtor de matérias-primas” (MENDES, F. 2018, p. 99)

Ou seja, a partir da citação acima, é possível levar em consideração que a pesquisa não foi direcionada apenas ao tipo de semente, mas sim às formas de relacionar a cultura do cacau às condições naturais do estado. O desdobramento das implementações das práticas citadas resultou no terceiro programa, que ocorreu no período de 1976 a 1979, encerrando o ciclo de programas do Cacau Inicial. Essa terceira fase foi concluída pela Ceplac e pela Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

A Ceplac foi atribuída a responsabilidade de suprimento de insumos, pelo apoio técnico e por aplicar o Fundo Rotativo Suplementar para expansão da Cacauicultura (FUSEC) (MENDES, 2018). A ACAR-Pará, associada à Embrater, foi responsável por executar as pendências relacionadas à assistência técnica e extensão rural em concordância ao produtor (MENDES, 2018). É estimado que durante o desde o início do Programa Cacau Inicial em 1971 até seu encerramento, em 1976, foram plantados cerca de 3200 hectares de cacau, assistência por volta de 958 agricultores, abrangendo a região de Bragantina, Tomé-Açu, Baixo Tocantins, Médio Amazonas e Transamazônica.

## **2.2 Produção De Cacau No Pará E Na Bahia Entre 1974 A 1995: Uma Análise Comparativa**

Mesmo com a abundância de pesquisas acadêmicas que abordam a Bahia como o centro histórico de produção de cacau, este trabalho tem como objetivo

apresentar considerações sobre a produção de cacau no Pará em comparação com a produção baiana. O Pará conseguiu superar a Bahia em termos de quantidade de produção de amêndoas, apesar de ter uma área menor, mas uma produção maior. A comparação da produção entre os dois estados durante o período de 1974 a 1995, levando em conta as áreas de colheita, a quantidade de toneladas produzidas por hectare e a quantidade de quilos por hectare, serve para destacar o nível de evolução da produção em ambos os estados.

Na tabela abaixo é possível analisar dos dados referentes a variáveis de área colhida, por hectare, entre os anos de 1974 a 1995:

Quadro 1 - Variável de área colhida (hectare) entre 1974 a 1995.

<b>Variável - Área colhida (Hectares)</b>			
<b>Produto das lavouras permanentes – Cacau (em amêndoa)</b>			
<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Bahia</b>	<b>Pará</b>
<b>1974</b>	512.200	485.000	6.103
<b>1975</b>	451.145	418.906	7.058
<b>1976</b>	407.329	376.972	7.587
<b>1977</b>	412.743	382.076	7.378
<b>1978</b>	443.866	413.224	7.500
<b>1979</b>	453.569	419.524	8.615
<b>1980</b>	482.521	438.113	13.812
<b>1981</b>	504.935	453.755	18.414
<b>1982</b>	533.273	479.343	14.770
<b>1983</b>	590.744	505.541	29.636
<b>1984</b>	586.242	501.852	27.807
<b>1985</b>	649.070	540.000	32.310
<b>1986</b>	655.502	554.427	32.139
<b>1987</b>	649.383	557.174	35.490
<b>1988</b>	702.490	596.389	39.254
<b>1989</b>	659.971	551.306	41.188
<b>1990</b>	664.853	548.435	49.063
<b>1991</b>	667.897	544.762	51.566
<b>1992</b>	731.425	606.485	51.368
<b>1993</b>	734.124	607.489	55.408
<b>1994</b>	698.634	582.257	54.079
<b>1995</b>	738.536	625.475	53.143

Fonte: (Sistema IBGE de Recuperação Automática - PAM, 2023)

Na tabela acima, são exibidas comparações do tamanho das áreas relativas à colheita de cacau entre os anos de 1974 a 1995. Em 1974, o Brasil possuía 512 mil hectares de terra nos quais foram colhidos frutos de cacau, e em 1995, mesmo com todas as crises econômicas e de produção, esse número aumentou para 738 mil hectares, representando a maior quantidade de área colhida neste período de tempo. Em 1974, a Bahia era a maior produtora de cacau no Brasil e possuía a maior quantidade de área colhida, com 485 mil hectares, enquanto o Pará possuía apenas 6 mil hectares de terra destinados à colheita de cacau. É importante ressaltar que, em 1974, o Pará encontrava-se na segunda fase do projeto cacau inicial e ainda não era considerado um forte concorrente para a região cacauera.

Se for analisada apenas a quantidade de área colhida, a Bahia não teve um retrocesso considerado severo e conseguiu manter um pique de desenvolvimento de área colhida. Ao longo dos 21 anos analisados na tabela 1, ambos os estados apresentaram crescimento. No entanto, a tabela abaixo apresenta a quantidade de cacau produzido, em toneladas, na área destinada à colheita representada na tabela anterior.

Quadro 2 - Variável quantidade de cacau produzida (toneladas) entre 1974 a 1995.

<b>Variável – Quantidade produzida (toneladas)</b>			
<b>Produtos das lavouras permanentes – Cacau (em amêndoa)</b>			
	Brasil	Bahia	Pará
<b>1974</b>	164.616	156.000	980
<b>1975</b>	281.887	271.788	1.772
<b>1976</b>	231.796	222.056	2.257
<b>1977</b>	264.755	239.352	2.150
<b>1978</b>	284.490	271.000	1.003
<b>1979</b>	336.326	321.140	1.761
<b>1980</b>	319.141	302.481	2.586
<b>1981</b>	335.625	314.804	4.690
<b>1982</b>	351.149	324.608	7.104
<b>1983</b>	380.256	346.652	7.198
<b>1984</b>	329.903	293.841	11.990
<b>1985</b>	430.789	361.800	13.357
<b>1986</b>	458.754	395.486	16.583
<b>1987</b>	329.266	269.890	20.747
<b>1988</b>	392.446	327.562	23.564
<b>1989</b>	392.610	330.751	28.669
<b>1990</b>	356.246	298.024	29.131

<b>1991</b>	320.297	259.872	28.075
<b>1992</b>	328.518	263.548	29.428
<b>1993</b>	340.885	277.699	33.124
<b>1994</b>	330.577	271.889	34.482
<b>1995</b>	296.705	246.350	29.445

Fonte: (Sistema IBGE de Recuperação Automática - PAM, 2023)

A tabela acima mostra a quantidade de toneladas produzidas nas áreas de colheita. Em 1974, o território brasileiro no qual foram colhidos frutos de cacau tinha uma área de 512 mil hectares, e nessa área total foram colhidas 164 mil toneladas de sementes de cacau. A Bahia possui uma área de colheita de 480 mil hectares e colheu apenas 156 mil toneladas, tendo a maior área produtora de amêndoas e colhendo quase toda a quantidade nacional. Contudo, já é possível perceber que o nível de produção de cacau na Bahia não está condizente com a quantidade de área destinada à colheita, sendo um número muito baixo em relação à quantidade de terra produzindo cacau. Enquanto o estado do Pará tem um crescimento tímido da quantidade de área de colheita, o número de toneladas produzidas nessa área apresenta uma boa produção. À medida que a produção na Bahia diminui, aumenta sua área de produção.

Abaixo, no tabela 3, são demonstrados mais um nível de análise. Agora, a perspectiva será a quantidade produzida por hectare:

Quadro 3- Variável rendimento médio da produção de cacau (quilograma por hectare) entre 1974 a 1995.

<b>Variável - Rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare)</b>			
<b>Produto das lavouras permanentes – Cacau (em amêndoas)</b>			
	Brasil	Bahia	Pará
<b>1974</b>	320	322	161
<b>1975</b>	625	649	251
<b>1976</b>	569	589	297
<b>1977</b>	605	626	291
<b>1978</b>	641	656	134
<b>1979</b>	742	765	204
<b>1980</b>	661	690	187
<b>1981</b>	665	694	255
<b>1982</b>	658	677	481
<b>1983</b>	644	686	243

<b>1984</b>	563	586	431
<b>1985</b>	664	670	416
<b>1986</b>	700	713	516
<b>1987</b>	507	485	585
<b>1988</b>	559	549	600
<b>1989</b>	595	600	696
<b>1990</b>	535	543	593
<b>1991</b>	480	477	544
<b>1992</b>	449	433	572
<b>1993</b>	464	457	597
<b>1994</b>	473	466	637
<b>1995</b>	401	393	554

Fonte: (Sistema IBGE de Recuperação Automática - PAM, 2023)

Na tabela acima, ao observar os números da quantidade, em quilogramas, produzida por hectare e compará-los com as tabelas anteriores, é possível analisar a rentabilidade da produção de cacau em ambos os estados. Em 1974, enquanto a Bahia possuía 485 mil hectares de terra destinados à colheita de cacau, o aproveitamento era de apenas 322 quilogramas por hectare. Esse número é considerado baixo quando comparado com o Pará, que possuía apenas 6 mil hectares de terra e produzia 161 quilogramas por hectare no mesmo ano. Em contraste, em 1995 a Bahia conseguiu aumentar a quantidade de quilogramas por hectare para 393, porém já possuía 625 mil hectares destinados à produção. No mesmo ano, o Pará aumentou sua produção por hectare para 554 quilogramas, com uma área de colheita de 63 mil hectares. Portanto, ao comparar as três tabelas, nota-se que a Bahia possuía a maior quantidade de área colhida, mas seus números de produção são baixos, enquanto o estado do Pará conseguiu progredir.

### 3 A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PRODUÇÃO CACAUEIRA

De acordo com Veríssimo (2014), para que um produto agrícola seja considerado uma commodity, é necessário que ele seja negociado em mercados internacionais e que seu preço seja determinado pelas forças de oferta e demanda, resultando em sua cotação na bolsa de valores de Nova Iorque. A amêndoa do cacau possui essas características e continua sendo considerada uma *commodity*, o que permite sua negociação em grande volume, conforme o preço determinado pelo mercado. Além disso, o fruto do cacau possui características de padronização, liquidez, homogeneidade, transportabilidade e armazenagem, fundamentais para sua comercialização e exportação.

Com a possibilidade de obter lucros com a exportação da amêndoa de cacau, os produtores se esforçam para cultivar o fruto do cacau de maneira que possa ser vendido às empresas exportadoras. No entanto, o método de produção do cacau difere das outras culturas extensivas na agricultura, o que apresenta obstáculos para o seu cultivo em grandes áreas de terra, como ocorre nos latifúndios de soja, por exemplo. Para produzir seus frutos, o cacau requer cuidados específicos e de longo prazo que têm um impacto direto na qualidade da amêndoa e em sua comercialização.

Apesar de não seguir a lógica produtiva de culturas agrícolas extensivas<sup>2</sup>, o segmento do cacau também apresenta a presença da estrutura de produção capitalista. No entanto, a maneira como ela opera nas regiões de produção de cacau é diferente das culturas que são cultivadas com o objetivo de se alinhar à ordem capitalista, sem fazer esforços para parecerem menos ligadas à exploração da terra e do trabalho humano. O capitalismo busca criar seu próprio espaço, muitas vezes se apropriando de técnicas sustentáveis e favoráveis ao meio ambiente, como as utilizadas na produção do cacau, visando obter lucro.

Cada vez mais, as pessoas estão optando por produtos considerados sustentáveis e que não causem danos à saúde de alguma forma. Quando ocorre a

---

<sup>2</sup>Atualmente a maioria das sementes de cacau são provenientes de clones e híbridos que passaram por alterações em seu DNA para aumentar sua resistência a doenças e sua produtividade. No entanto, essas modificações não envolvem a introdução de genes de outras espécies, mas sim a utilização de técnicas de engenharia genética para modificar os genes já presentes na planta de cacau. Portanto, as sementes de cacau não são consideradas transgênicas, ao contrário do que ocorre na maioria das plantações extensivas. Além disso, o manejo do cacau não permite o uso de máquinas agrícolas para o plantio ou colheita, ao contrário do que ocorre nas grandes propriedades rurais.

mudança de preferência da sociedade, há uma pressão para que a indústria substitua suas práticas de produção e se adapte aos novos tipos de mercado. De acordo com Whitacker (2012) o capitalismo se apropria dessas práticas de produção sustentáveis para sua expansão e reprodução, utilizando-as como forma de atender às demandas do mercado e transferir tecnologias de produção. Dessa forma, quando se fala em produção, também se fala em mercadoria, conferindo à área rural a característica de mercadoria. Portanto, compreende-se que o cacau deixa de ser considerado apenas uma prática agrícola adequada e passa a ser analisado como uma mercadoria, sendo elaborado com base nessa premissa de adaptação aos novos tipos de mercado.

De acordo com David Harvey, conforme citado por Guilherme Whitacker (2012, p. 83), “para a garantia de continuidade do modo capitalista de produção, é necessário que se criem novos espaços para que seja possível sua acumulação e rendimentos (lucros), caso haja uma estagnação nesse processo, o sistema, como um todo, entraria em declínio”. Portanto, é possível observar que, para manter o modo capitalista, é necessário produzir seus próprios espaços a fim de garantir a produção para o capitalismo. Ao analisar os espaços de produção de cacau, como foi observado no capítulo anterior, durante um longo período o estado da Bahia foi o principal espaço de produção. No entanto, com o reconhecimento da viabilidade da produção de cacau no estado do Pará, gradualmente ocorre a transferência desse espaço de produção agrícola.

A partir do estudo de Delgado (2020, p.44. tradução nossa) sobre o conceito de capitalismo global de William Robinson, “esses espaços formam padrões regionais de acumulação que os tornam áreas estratégicas para a expansão do capital transnacional por meio da acumulação intensiva e, portanto, são chaves para a acumulação global”. Ao relacionar esse conceito com as áreas de produção de cacau, podemos compreender que os dois estados com maior produção de amêndoas também fazem parte da lógica de acumulação do capital. Como apresentado no capítulo anterior, o estado da Bahia foi intensamente explorado ao longo dos anos, e continua sendo até os dias atuais, para aumentar a produção de cacau destinada ao comércio internacional. Atualmente, o estado do Pará segue essa mesma lógica de desenvolvimento na produção de cacau.

E para uma melhor compreensão das diferenças no desenvolvimento geográfico destinados à produção de cacau na Bahia e no Pará, Delgado (2020, p.

49, tradução nossa) expõe a visão de Marx sobre a força do capitalismo que “está na produção de mercadorias e na compreensão dessa embora o ato de produzi-los seja um processo social, o que o distingue de qualquer outro modo de produção não é a produção de bens, mas a forma como são produzidos”. Nesse caso, não apenas o cacau é considerado como produto, mas também os meios de produção e os produtos do trabalho são transformados em mercadoria, que são compradas e vendidas no mercado.

Como um modelo alternativo de produção, é atribuído valor à forma como os agricultores cultivam suas plantações. A força de trabalho dos trabalhadores, uma vez que não é possível substituí-la por máquinas, também é transformada em mercadoria. O objetivo deste trabalho não é invalidar a valorização do conhecimento dos agricultores em suas plantações de cacau, muito pelo contrário, há a necessidade de uma maior valorização desse conhecimento adquirido pelos trabalhadores. A questão que persiste na comercialização do cacau é como esse conhecimento é utilizado pelo mercado para obter lucro, que nem sempre é diretamente repassado aos produtores.

Delgado (2020, p. 52, tradução nossa) entende que Massey (1995) argumenta que a divisão espacial do trabalho não deve ser vista apenas como uma forma de especialização produtiva que diferencia as regiões com base em seu conhecimento específico. Em vez disso, Massey (1995) argumenta que a forma como as atividades econômicas são distribuídas e organizadas em diferentes lugares não é aleatória, mas sim uma ordem internacional estruturada que serve aos interesses econômicos. Nesse contexto, a distribuição da produção de cacau dividida em dois estados distintos não é simplesmente resultado de aleatoriedade. Com o declínio gradual da viabilidade econômica da produção de cacau na Bahia, o estado do Pará ganha destaque por estar sendo capaz de maximizar sua eficiência produtiva. Conforme Massey (1995) destaca, são exploradas as vantagens comparativas de ambas as regiões, e essa ordem espacial funcional facilita a coordenação e o fluxo de recursos, mercadorias e serviços.

### **3.1 A Produção De Cacau No Brasil Atualmente**

O cacau é fruto do cacaueiro (*Theobroma Cacao*) e sua amêndoa é o principal produto comercializado, após fermentação e secagem, para fabricação de

chocolate de múltiplas qualidades (MELO, C. B. EMBRAPA, 2017). Após a colheita os frutos são abertos e as sementes e a polpa passam pelo processo de fermentação por alguns dias. Nesse processo o embrião das sementes de cacau morrem e então passamos a chamá-las de amêndoa (JAVA CHOCOLATES, 2022). As amêndoas também podem ser utilizadas para a extração de manteiga, que é amplamente utilizada na indústria farmacológica e na fabricação de cosméticos. Para ser aproveitado todo o fruto, a polpa que cobre a semente é utilizada na fabricação de geléia, vinho, licor, vinagre e suco (MAPA/CEPLAC, 2020).

Com relação ao ciclo de vida, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-BRASÍLIA, 2018), mostra que o cacaueteiro apresenta características de perenidade, podendo ultrapassar os cem anos e, dependendo do manejo, ter desenvolvimento vegetativo com potenciais para boa produtividade. O cacau é conhecido por ser uma planta possível de domesticação, com os tratamentos do manejo bem aplicados é exequível a criação, ou seja, por meio do manejo humano é possível a criação de cacauais com produção em larga escala.

O cacaueteiro é uma planta que pode atingir de 5 a 8 metros de altura, com um diâmetro de copa de 4 a 6 metros quando proveniente de semente. Essas dimensões podem ser superadas devido aos fatores ambientais que afetam o crescimento da planta. Em condições de cultivo a pleno sol, a altura do cacaueteiro pode ser reduzida pelo manejo, mas pode atingir até 20 metros em condição de extrativismo, devido à competição por luz com outras espécies da floresta (SENAR, 2018).

Em 2020, o Brasil ocupava a sétima<sup>3</sup> posição na produção mundial de sementes de cacau, com um total de 269.731 mil toneladas, de acordo com dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) de 2023. No ranking de países produtores de sementes de cacau, o Brasil ficava atrás de nações como Costa do Marfim (2.200.000 t), Gana (1.047.000 t), Indonésia (720.660 t), Equador (327.903 t), Nigéria (290.000 t) e Camarões (280, 000 t), conforme informações do banco de dados da FAOSTAT (2023).

Atualmente, a produção de cacau no Brasil está distribuída por diversos estados, com destaque para Pará, Bahia, Espírito Santo e Rondônia, de acordo com

---

<sup>3</sup> Com a atualização dos dados de produção de 2021 em 2023, o Brasil subiu para a quarta posição na produção mundial de sementes de cacau, com um total de 302.157 toneladas. A Costa do Marfim Continua sendo o maior produtor global, com 2.200.000 toneladas, seguida por Gana com 822.000 toneladas e Indonésia com 728.000 toneladas. Esses números refletem as informações mais recentes sobre a produção de cacau em nível global.

dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). O Pará lidera a produção, com 144.682 toneladas, seguido pela Bahia com 107.499 toneladas. O Espírito Santo e Rondônia também contribuem significativamente, com 11.305 e 5.078 toneladas, respectivamente. A Bahia, que já foi o maior produtor de cacau do Brasil, atualmente ocupa a segunda colocação, sendo ultrapassada pelo Pará em 2017. No Pará, o pólo cacauero está localizado ao longo da Rodovia Transamazônica, abrangendo os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Pacajá (MENDES; MOTA, 2016).

### **3.2 Programa de Incentivo à Produção de Cacau no Pará**

Em seu estudo sobre sistema agroflorestal do cacau, Brandão (2008) apresenta que a atividade cacauera possui características de conservação do solo, pois reproduz as condições do habitat natural da floresta, devido às lavouras serem formadas abaixo das árvores nativas de grande porte. Conforme o trecho abaixo, o autor explicita que a produção sustentável do cacau possibilita:

“proteção dos solos tropicais, e, ao imitar a floresta, funciona como mantenedora do equilíbrio ambiental, evitando oscilações bruscas e fortes de temperatura e umidade, promovendo agregação de matéria orgânica, reciclagem de nutrientes, preservação da vida biológica do solo, melhorando o aproveitamento dos fatores espaço e luz” (BRANDÃO; J., 2008, p. 52)

Como apresentado no capítulo anterior, a cacauicultura no Estado do Pará teve início o de sua implementação efetiva a partir da década de 60, com a implantação da Ceplac no estado, e com o advento do Plano de Diretrizes para a expansão da Cacauicultura Nacional a partir de 1976. Desde então, o governo do estado tem elaborado alternativas para dar mais estrutura à cadeia produtiva do cacau. Apesar de terem sido implementados outros programas de incentivo à produção de cacau, neste estudo é destacado o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cacauicultura (PROCACAU) (OLIVEIRA, 2016). Apesar de possuir um nome similar ao mencionado no capítulo anterior, esse programa teve seu antecedente em 16 de janeiro de 2008, instituído a partir da Lei 7.93 como parte do Programa de Aceleração do Crescimento e Consolidação da Cacauicultura no Estado do Pará, o PAC CACAU -PA (BRASIL, 2008).

Com a instituição do Programa de Aceleração de Crescimento e Consolidação da Cacaucultura no Estado do Pará - PAC CACAU-PA, também foi criado o Fundo de Apoio à Cacaucultura do Estado do Pará - FUNCACAU. Este programa estava vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e tinha os seguintes objetivos, conforme o Art. 1º:

- I - promover e /ou apoiar, de forma complementar aos programas da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, as ações voltadas ao desenvolvimento sustentado das zonas de produção de cacau do Estado;
- II - aumentar a eficiência de produção e comercialização, visando incrementar a sustentabilidade e competitividade da cacaucultura regional;
- III - apoiar financeiramente programas e ações de geração e difusão de tecnologias, assistência técnica, fomento e comercialização, dirigidos à expansão, fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos locais da cacaucultura no Estado;
- IV - estimular investimentos públicos e privados voltados à verticalização e agroindustrialização da produção de cacau, através de incentivos fiscais a projetos desenvolvidos por produtores, cooperativas ou associações de produtores.” (BRASIL, 2008)

Com isso, a cacaucultura no estado iniciou seu processo de fortalecimento por meio das instituições, que anteriormente tiveram suas contribuições interrompidas após o período posterior aos projetos citados no capítulo anterior. E para alcançar seus objetivos, o projeto tem em sua pauta de ações, com base na aplicação dos recursos oriundos do Funcacau-PA, a preferência voltada para os projetos das seguintes atividades, como está escrito em seu Art. 5º:

- I - diversificação agropecuária das regiões cacaueiras;
- II - produção e distribuição de propágulos;
- III - treinamento e capacitação de mão-de-obra rural;
- IV - desenvolvimento e difusão de sistemas de produção de cacau em Sistemas Agroflorestais - SAF;
- V - preservação de germoplasma e melhoramento genético do cacau e cultivos perenes afins;
- VI - desenvolvimento e difusão de métodos de controle fitossanitário;
- VII - tecnificação de cultivos visando o aumento de produtividade;
- VIII - melhoria da qualidade de produtos regionais;
- IX - apoio ao cooperativismo e outras formas de associativismo;
- X - apoio à comercialização e industrialização da produção de cacau e afins. Parágrafo único. Serão considerados prioritários e de relevante interesse para o desenvolvimento sustentado das regiões cacaueiras do Estado, ações e projetos que:
  - I - visem ao desenvolvimento e difusão de técnicas agroecológicas ou preservacionistas do meio ambiente;
  - II - estejam inseridos em ecossistemas compatíveis com a presença da lavoura cacaueira (zoneamento) e, preferencialmente, se destinem à recomposição de áreas alteradas. (BRASIL, 2008)

A partir dos objetivos citados acima, é possível observar que a cacauicultura no estado do Pará teve seu desenvolvimento construído com premissas que associam seu crescimento ao meio ambiente por meio de boas práticas. Isso leva em consideração a manutenção do modo de produção existente, incentivando seu aprimoramento por meio de técnicas sustentáveis.

### **3.3 Instituições de Apoio à Cacauicultura na Bahia**

Esta pesquisa tem tentando desconstruir algumas ideias preconcebidas sobre a produção de cacau no Brasil. Ao mencionar o cacau, normalmente surge na mente todo o histórico das grandes histórias relacionadas ao cacau na Bahia e sua grandiosidade. No entanto, até o momento, temos demonstrado como a produção de cacau na Bahia era sustentada por forças que encontram benefícios na manutenção dessa produção no estado. Podemos observar, então, que ao longo do tempo, a região da Bahia foi estruturada para se tornar o epicentro da produção de cacau no Brasil, abrigando as principais instituições, tanto públicas quanto privadas, de incentivo à produção de cacau.

Diferente do tópico anterior, no qual foi destacado um programa específico para o incentivo à produção cacaueira no estado do Pará, que ainda estava emergindo como produtor de cacau, ao observar a estrutura de produção da Bahia é extremamente importante considerar o apoio recebido das instituições públicas e privadas que contribuem constantemente para a sustentação da agricultura cacaueira. Levantamos, portanto, a ideia de que se não fosse a determinação em manter o espaço de produção de cacau neste estado, outros pólos poderiam gerar mais benefícios ao aumento do número de toneladas de sementes de cacau colhidas no Brasil.

A seguir, são apresentadas algumas instituições que auxiliam na promoção do cacau, seja no âmbito da agricultura, fomento à pesquisa ou comercialização de seus produtos derivados:

1 - Centro de Inovação do Cacau (CIC): é uma iniciativa do Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia, localizado em Salobrinho, Ilhéus - BA. Seus objetivos são realizar análises abrangentes em amêndoas de cacau, contribuir para

o desenvolvimento do mercado e facilitar a conexão entre compradores e produtores de cacau de alta qualidade (CIC, c2020).

Este centro de pesquisa presta serviço tanto aos produtores de cacau, independentemente do tamanho de suas áreas, quanto à indústria processadora. Através dessa iniciativa, o mercado é beneficiado com o monitoramento da qualidade do cacau, proporcionando aos produtores uma melhor compreensão na precificação de seus produtos para o mercado internacional (CIC, c2020).

De acordo com as informações disponíveis em seu site oficial, o Centro de Inovação do Cacau mantém sua missão, visão e desafios na seguinte estrutura:

“Missão: Dar suporte às demandas de cacauicultores, indústria e pesquisadores da região, por meio de colaboração técnica da oferta de serviços laboratoriais em análise de qualidade, genética e de assessoria e consultoria técnico-científica.

Visão: Ser um polo estratégico de inovação e articulação com reconhecimento nacional que busca constantemente alavancar o potencial da cacauicultura brasileira por meio da pesquisa e da colaboração

Desafios: Agregação de valor e incorporação de novas tecnologias; pesquisa aplicada; entendimento do mercado e aproximação com traders.”  
(CIC, c2020)

De acordo com o trecho acima, é possível compreender que esta instituição tem como objetivo desenvolver o segmento do cacau, trazendo benefícios para o setor. No entanto, também se adapta à lógica do mercado internacional, buscando obter vantagens em prol do comércio. Além disso, o Centro de Inovação do Cacau estabelece parcerias com outras instituições, tais como o Instituto Arapyaú, o Fórum do Cacau, a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), o Leilão Eletrônico de Cacau e Derivados, o Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia (PCT Sul), entre outros.

2- Mars Centro de Ciência do Cacau (*Mars Center for Cocoa Science - MCCS*): criado em 1982 na cidade de Barro Preto-BA, é uma instituição empenhada à pesquisa do cacau e sua cadeia produtiva, com o objetivo de desenvolver cacau de alta qualidade. Além disso, realiza pesquisas sobre técnicas de cultivo e melhoramento genético das plantas, visando aumentar a produtividade e reduzir a propagação de doenças (MARS, 2023 c).

3- Centro de Inteligência do Cacau – CICacau: é um programa do departamento de ciências econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, cujo objetivo é ampliar as iniciativas públicas e privadas para apoiar o

desenvolvimento sustentável na cadeia produtiva do Cacau (CIC, s.d). Suas metas são: “captar, organizar e gerir informações mercadológicas, econômicas, comerciais, técnicas, ambientais, sociais e legais de interesse dos agentes do sistema agroindustrial do cacau” (CIC, s.d).

4- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac): é atualmente um órgão vinculado à Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Houve a atualização de suas atribuições por meio do decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021 (MAPA, 2023). Esse decreto atendeu ao decreto anterior nº 8.852, de setembro de 2016, que reformulou suas diretrizes estratégicas, sendo elas:

**“Missão**

Promover a pesquisa, a inovação e a transferência de tecnologias para o desenvolvimento sustentável da cacauicultura no Brasil, abrangendo seus diversos biomas e conservando o meio ambiente e a biodiversidade

**Visão**

Ser referência mundial pela excelência na pesquisa, no desenvolvimento e na transferência de tecnologias inovadoras e modelos de produção competitivos e sustentáveis para a cacauicultura.

**Valores**

Os princípios que norteiam as práticas e comportamentos da CEPLAC e seus integrantes são: Comprometimento, Cooperação, Equidade, Excelência, Flexibilidade, Responsabilidade Socioambiental e Transparência.” (MAPA, 2023)

Essa é a base de comprometimento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, cujo relacionamento com a cacauicultura continua fortificado através do desenvolvimento e elaboração de materiais e tecnologias para aumentar a produtividade do cacau. Isso inclui o manejo da lavoura, sistemas de fertilização e fertirrigação, além do melhoramento genético com o uso de sementes híbridas e clones de alta produtividade e resistência a pragas (MAPA, 2023). A Ceplac disponibiliza aos produtores novos cultivares de cacaueiros.

A partir do decreto de de 11.332, de 1º de Janeiro de 2023, as competências da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira foram alteradas, de acordo com o Art. 35. Desde então, à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira compete:

“I - propor e implementar planos, programas, projetos, ações e atividades de pesquisa e inovação referentes ao desenvolvimento da lavoura cacaueira e sistemas agroflorestais;

II - participar de negociações e propor a celebração de contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres referentes ao desenvolvimento

da lavoura cacauera e sistemas agroflorestais, em articulação com as demais unidades do Ministério;  
III - administrar os recursos provenientes do Fundo Geral do Cacau; e  
IV - orientar e coordenar as atividades relacionadas às Superintendências Regionais de Desenvolvimento da Lavoura Cacauera.” (MAPA, 2023)

Com isso, a Ceplac atualmente é um órgão que possui ampla atuação no fomento da cadeia de valor de cacau, pois exerce influência em praticamente todos os segmentos da cacauicultura.

5- Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC): tem o objetivo de ampliar os debates e fomentar o trabalho de desenvolvimento de toda a cadeia de valor, em um consórcio entre as principais empresas que compõem a indústria de moagem das amêndoas de cacau, sendo elas *Barry Callebaut*, *Cargill* e *Olam* (AIPC, c2018-2021).

É importante lembrar que as instituições que impulsionam o desempenho da cacauicultura e sua indústria na Bahia não se limitam apenas às mencionadas acima, e nem exclusivamente a esse estado. Existem outras instituições que contribuem direta ou indiretamente para a continuidade das atividades relacionadas ao cacau no território baiano. Além da *Cargill*, *Barry Callebaut*, *Ofi* (antiga Oam) e Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), há também o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Instituto Federal Baiano, o Sebrae, a Fundação de Amparo à Pesquisa do estado da Bahia, entre outras. Esses são exemplos de todo aparato que sustenta a cacauicultura na Bahia. Além disso, embora o estado do Pará seja beneficiado com os resultados desse investimento, o direcionamento para a Bahia é muito maior.

### **3.4 Comparação Da Produção entre Pará E Bahia (2015-2020)**

A Bahia, que inspirou romances como “Cacau” de Jorge Amado, passou por diversas transformações ao longo dos anos. Imaginava-se que seria possível recuperar a grandiosidade que um dia teve. Apesar disso, o país já ocupou o segundo lugar no ranking mundial de produção de cacau em 1985, e o estado da Bahia era responsável por praticamente todo o volume de sementes de cacau colhido na época. Até o ano de 2015, o estado da Bahia manteve-se como o maior produtor nacional de cacau. No entanto, de acordo com os dados do IBGE, em 2020, o maior produtor de cacau foi o estado do Pará com uma produção de 144.682 toneladas, seguido pela Bahia com 107.499 toneladas. O Espírito Santo

registrou uma produção de 11.305 toneladas, enquanto Rondônia produziu 5.078 toneladas (IBGE, 2023).

Com o aumento do fomento do desenvolvimento da cacauicultura no estado do Pará, o número de sua produção elevou-se. Esse acréscimo pode ser associado aos investimentos e programas de fomento ao setor. Por outro lado, é possível perceber a estagnação do aumento da área de colheita baiana, que foi duramente afetada por crises e também pela incidência da praga vassoura-de-bruxa. Na tabela abaixo, está mostrada a quantidade de área colhida por hectare das lavouras permanentes de cacau entre os anos 2000 a 2014, subdividida entre os dois estados da federação que mais produzem cacau no Brasil, e as respectivas cidades de maior produção em seus estados.

Quadro 4 - Variável área colhida (hectares) entre 2000 a 2014.

Variável - Área Colhida (Hectares)							
Produto das lavouras permanentes – Cacau (em amêndoas)							
Ano	Brasil	Bahia	Sul Baiano (BA)	Ilhéus (BA)	Pará	Sudoeste Paraense (PA)	Medicilândia (PA)
2000	705.965	606.835	537.641	70.154	38.879	24.620	10.304
2001	665.809	574.586	506.070	58.798	38.677	23.722	10.304
2002	582.315	487.791	420.045	12.000	41.536	23.965	10.305
2003	590.945	487.542	418.390	12.000	51.280	31.284	13.637
2004	638.825	535.072	465.449	53.790	50.895	31.014	13.637
2005	625.384	517.583	450.357	49.746	51.727	30.446	13.165
2006	647.135	539.946	471.315	49.237	57.462	33.467	14.160
2007	628.928	515.172	447.330	50.430	64.328	39.201	17.395
2008	641.337	520.651	453.477	51.354	68.317	42.822	18.930
2009	635.975	513.935	447.929	49.145	70.279	42.780	20.752
2010	660.711	519.990	453.158	48.000	81.764	46.087	21.145
2011	680.484	533.315	464.916	48.000	85.041	49.816	22.467
2012	684.333	532.074	459.281	47.100	88.267	52.046	23.897
2013	689.276	532.268	463.800	52.206	97.176	60.400	26.620
2014	704.122	547.422	472.460	47.000	116.532	77.268	36.713

Fonte: (Sistema IBGE de Recuperação Automática - PAM, 2023)

Na tabela acima, no início dos anos 2000, numa área de mais de 700.000 mil hectares colhidos, 600.000 mil hectares pertencem às plantações baianas, sendo o sul baiano o maior produtor. A cidade com maior área produzindo cacau no sul baiano foi Ilhéus, com 70.000 mil hectares colhidos. O Pará não podia ser considerado um grande detentor de áreas de colheita, possuindo apenas 38.000 mil

hectares de terra, sendo o sudoeste o maior território de colheita de cacau. Ao contrário do estado do Pará, onde é possível observar o aumento lento e gradual dos hectares de terra colhidos, o estado da Bahia entra num processo de perda de território colhido e conseqüentemente, de produção. Na tabela acima podemos também avaliar que dos anos 2000 até 2014, o Brasil conseguiu superar as baixas territoriais e voltar aos 700.000 mil hectares de área de colheita de cacau. Este fato, pode-se observar na tabela, está relacionado ao aumento da área no estado do Pará, que compensa a baixa baiana.

Na tabela abaixo, é apresentado a quantidade de cacau produzido, em toneladas, nas lavouras permanentes. É possível analisar a tabela acima e comparar a quantidade de área colhida e relacionar com a quantidade de toneladas produzidas.

Quadro 5 - Variável quantidade produzida (tonelada) entre 2000 a 2014

<b>Variável - Quantidade Produzida (Toneladas)</b>							
<b>Produto das lavouras permanentes – Cacau (em amêndoas)</b>							
<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Bahia</b>	<b>Sul Baiano (BA)</b>	<b>Ilhéus (BA)</b>	<b>Pará</b>	<b>Sudoeste Paraense (PA)</b>	<b>Medicilândia (PA)</b>
<b>2000</b>	196.788	137.568	115.317	10.137	28.278	20.918	9.140
<b>2001</b>	185.662	126.812	104.635	7.386	29.028	20.280	9.140
<b>2002</b>	174.796	110.205	91.455	1.800	34.069	24.549	12.366
<b>2003</b>	170.004	110.654	93.604	1.920	31.524	22.322	10.910
<b>2004</b>	196.005	136.155	116.349	8.069	32.804	23.245	10.910
<b>2005</b>	208.620	137.459	114.041	8.987	38.119	26.817	14.337
<b>2006</b>	212.270	148.703	125.074	9.152	36.595	22.846	9.912
<b>2007</b>	201.651	133.943	109.641	10.033	43.207	28.588	13.916
<b>2008</b>	202.030	131.060	107.301	9.881	47.108	32.533	15.144
<b>2009</b>	218.487	137.929	114.068	9.698	54.216	36.785	18.333
<b>2010</b>	235.389	148.254	124.708	11.520	59.537	37.915	21.145
<b>2011</b>	248.524	156.289	133.320	11.520	63.799	42.630	22.467
<b>2012</b>	253.211	159.432	135.737	13.188	67.299	44.579	23.897
<b>2013</b>	256.186	152.592	126.056	11.485	79.727	59.375	31.412
<b>2014</b>	273.793	161.096	134.715	13.019	100.293	74.685	41.890

Fonte: (Sistema IBGE de Recuperação Automática - PAM, 2023).

Na tabela acima, durante o período analisado, é possível perceber que o total de toneladas de cacau produzidas pelo Brasil aumentou. No entanto, na tabela anterior, foi observado que, nesse mesmo período, a quantidade de área de colheita

no estado da Bahia diminuiu, enquanto a área do Pará crescia. Tendo em vista que os programas de incentivo à produção no Pará estavam atrasados se comparados à Bahia, seu crescimento é orgânico e positivo, enquanto o sul baiano, maior produtor na Bahia, termina 2014 com o aumento aproximadamente de 15.000 toneladas.

Com isso, quando se compara os estados do Pará e da Bahia, é possível observar como a competitividade entre ambos acentuam os fatores que propiciam a produção do cacau. A tabela abaixo apresenta a variável de área colhida por hectare entre o ano de 2015 a 2020:

Quadro 6 - Variável de área colhida (hectare) entre 2015 a 2020.

<b>Variável - Área colhida (Hectare)</b>						
<b>Produto das lavouras permanentes – Cacau (em amêndoa)</b>						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Brasil</b>	702.841	720.055	590.813	577.191	581.897	588.501
<b>Região Norte</b>	139.756	143.183	144.908	138.845	151.068	160.483
<b>Pará</b>	123.350	129.829	131.891	128.963	140.514	150.031
<b>Sudoeste Paraense</b>	77.509	83.228	84.213	84.041	94.550	104.406
<b>Medicilândia (PA)</b>	36.713	38.569	38.569	38.569	44.101	44.141
<b>Uruará (PA)</b>	11.905	13.006	13.006	13.006	16.607	18.673
<b>Região Nordeste</b>	539.750	553.592	422.174	420.523	413.523	410.078
<b>Bahia</b>	539.750	553.592	422.147	420.523	413.064	410.076
<b>Sul Baiano</b>	467.625	478.155	364.117	363.879	355.952	355.288
<b>Ilhéus (BA)</b>	47.000	52.738	39.641	35.540	35.100	34.800
<b>Itabuna (BA)</b>	11.428	10.834	7.382	7.382	7.350	7.300

Fonte: (Sistema IBGE de Recuperação Automática - PAM, 2023)

Nesta tabela acima, pode-se observar a divisão da área colhida por hectare entre Brasil, a grande região, duas unidades da federação, as mesorregiões geográficas e os municípios. As áreas dessas classificações escolhidas fazem parte do processo de comparação entre as áreas que foram as maiores produtoras do Brasil no passado e das que lideram atualmente o ranking. Em 2015, o Brasil possuía uma área colhida de cerca de 700 mil hectares, e é possível observar na tabela a regressão desse território até o ano de 2020. Paralelamente a isso, pode-se observar que ao longo deste anos a região nordeste, da qual a Bahia faz parte,

teve a diminuição de sua área colhida. Ainda assim, o Pará não ultrapassa, em nenhum ano, a quantidade de hectares de área colhida do Estado da Bahia, mesmo que esta esteja regredindo gradualmente. Enquanto o sul baiano tem apresentado diminuição de território, o sudoeste paraense tem aumentado.

Na tabela abaixo é mostrado o número da quantidade produzida por tonelada do fruto do cacau:

Quadro 7- Variáveis da quantidade produzida (toneladas) entre 2015 a 2020.

<b>Variável – Quantidade produzida (Toneladas)</b>						
<b>Produto das Lavouras permanentes – Cacau (em amêndoa)</b>						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Brasil</b>	278.299	213.871	235.809	239.318	259.451	269.731
<b>Região Norte</b>	113.744	91.931	122.064	114.409	134.739	150.448
<b>Pará</b>	105.914	85.826	116.358	110.060	128.961	144.682
<b>Sudoeste Paraense</b>	74.793	55.759	85.500	79.872	101.035	112.410
Medicilândia	41.868	30.510	46.938	40.938	44.738	60.160
Uruará	9.854	7.972	12.265	12.265	17.437	19.174
<b>Região Nordeste</b>	158.432	115.756	106.246	113.939	113.065	107.504
<b>Bahia</b>	158.432	115.756	106.246	113.939	113.065	107.499
<b>Sul Baiano</b>	131.835	95.055	89.102	94.579	93.718	89.794
Ilhéus	13.160	8.430	8.350	9.150	7.800	7.540
Itabuna	2.514	1.810	820	1.110	1.102	1.095

Fonte: (Sistema IBGE de Recuperação Automática - PAM, 2023)

Na tabela acima, em 2015, com área colhida de 700 mil hectares, a quantidade nacional de toneladas produzidas foi de 278 mil, decrescendo ao longo dos outros anos. Era de se esperar que a quantidade de toneladas fosse maior devido ao tamanho da área colhida, o que permite perceber uma incompatibilidade entre os dois fatores. Apesar disso, a região norte tem conseguido aumentar a quantidade de toneladas produzidas, mesmo com o baixo crescimento relativo de sua área de colheita. A cidade de Medicilândia, atualmente a maior produtora do Brasil com 60 mil toneladas de amêndoa, possui uma área de colheita de 44 mil hectares, tendo crescido apenas 38 mil hectares desde o ano de 1995. Enquanto isso, a região nordeste possui 400 mil hectares, em 2020, sendo que possuía 600

mil em 1995. Comparando as cidades que já foram as maiores produtoras do Brasil, produzir 7 mil toneladas com uma área de 35 mil hectares, mesmo com todo investimento histórico, mostra um retrocesso gigantesco. A tabela abaixo mostra a variável média da quantidade produzida de quilograma por hectare:

Quadro 8- Variável de rendimento médio da produção (quilograma por hectare) entre 2015 a 2020.

<b>Variável - Rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare)</b>						
<b>Produto das lavouras permanentes – Cacau (em amêndoa)</b>						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Região Norte</b>	814	642	842	824	892	937
<b>Pará</b>	859	661	882	853	918	964
<b>Sudoeste Paraense</b>	965	670	1.015	950	1.025	1.077
<b>Medicilândia (PA)</b>	1.140	791	1.217	1.061	1.014	1.136
<b>Uruará (PA)</b>	828	613	943	943	1.050	1.056
<b>Região Nordeste</b>	294	209	252	271	274	262
<b>Bahia</b>	294	209	252	271	274	262
<b>Sul Baiano</b>	282	199	245	260	263	253
<b>Ilhéus (BA)</b>	280	160	211	244	222	217
<b>Itabuna (BA)</b>	220	167	111	150	150	150

Fonte: (Sistema IBGE de Recuperação Automática - PAM, 2023)

Na tabela acima, em 2015, a região norte colhia uma média de cerca de 814 kg por hectare, enquanto a região nordeste, especificamente a Bahia, apresentava uma média de 294 kg por hectare. Ao analisarmos de forma mais isolada, encontramos o sudoeste paraense com uma estimativa de 1000 kg por hectare, em contrapartida ao sul baiano que não atingia 300 kg. A retrospectiva histórica conclui que o estado da Bahia, mesmo tendo sido o berço do desenvolvimento da cacauicultura no Brasil, precisa passar por uma reestruturação interna para que sua produção cresça de modo que não seja apenas pelo crescimento da quantidade de terras de cultivo, mas também pelo aumento da produtividade das lavouras. Assim, será possível estabelecer um equilíbrio entre a área cultivada e a quantidade de produção.

## 4 AS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

De modo geral, as Cadeias Globais de Valor (CGV) podem ser entendidas como uma forma de fragmentação. Em vez dos produtos serem fabricados totalmente, ou em grande parte, em um único território, suas etapas são fragmentadas e direcionadas para a produção em locais que possuem especialidade no setor. Com isso, ocorre a divisão do processo de produção entre os países, onde as empresas se especializam em tarefas específicas e não produzem o produto completo (WORLD BANK, 2020). A análise de uma cadeia global de valor considera atribuições que podem ser materiais ou não, levando em consideração o planejamento do produto até a sua última atribuição de valor e o seu fim para consumo. Gereffi e Fernandez-Stark (2016) afirmam que a análise das cadeias globais de valor envolve:

“fornece uma visão holística das indústrias globais – tanto de cima para baixo (por exemplo, examinando como as empresas líderes “governam” suas redes de afiliados e fornecedores em escala global) e de baixo para cima (por exemplo, perguntando como essas decisões de negócios afetam a trajetória de “atualização” ou “rebaixamento” econômica e social em países e regiões específicas)”. (GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2016, p. 7)

A partir disso, nas análises das cadeias globais de valor, os autores consideram que existem elementos que estruturam os níveis de análise, dividindo-os entre locais (*bottom-up*) e globais (*top-down*). Os elementos globais são considerados de "cima para baixo" e são compostos pelas referências internacionais determinadas pela indústria em nível global. Por outro lado, os elementos locais são considerados de "baixo para cima" e representam as dimensões necessárias para explicar como os países individuais participam das cadeias globais de valor (GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2016). Com base nesse fundamento, Gereffi e Fernandez-Stark (2016) identificam seis dimensões básicas examinadas pela metodologia das cadeias globais de valor. São elas: 1. Estrutura de entrada-saída de uma CGV; 2. Escopo Geográfico; 3. Estrutura de Governança; 4. Modernização; 5. Contexto Institucional Local e 6. *Stakeholders* da Indústria.

Os itens de 1 a 3 citados acima integram os elementos globais, enquanto os itens de 4 a 6 compõem os elementos locais. A estrutura de entrada-saída de uma cadeia global de valor identifica as principais atividades/segmentos de uma cadeia de valor global. O escopo geográfico explica como a indústria está dispersa

globalmente e em quais países as diferentes atividades da CGV são realizadas. A estrutura de governança explica como a cadeia de valor é controlada pelas empresas líderes e a organização das indústrias. A modernização descreve o movimento dinâmico dentro da cadeia de valor, examinando como os produtores mudam entre os diferentes estágios da cadeia. O contexto institucional local demonstra como a cadeia de valor da indústria está inserida em elementos econômicos e sociais locais. E, por fim, os stakeholders da indústria descrevem como os diferentes atores locais da cadeia de valor interagem para alcançar a modernização da indústria (GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2016).

Essa divisão sistematizada tem sido adotada por países que acreditam possuir vantagens ao se especializar na produção de matéria-prima ou no processamento de alguma etapa produtiva. Tendo em vista que cada país possui particularidades e vai investir em setores nos quais dispõe de benefícios, ocorre a divisão entre países que comandam o setor dos elementos globais e países que se encaixam nos elementos locais. Essa perspectiva também pode ser vista a partir da lógica de que existem países que possuem melhor estrutura na etapa de governança, enquanto outros países têm como principal característica a produção de matéria-prima. Desse modo, segundo Gereffi e Fernandez-Stark:

“A “governança” das cadeias de valor globais, um conceito-chave da visão de cima para baixo, concentra-se principalmente em empresas líderes e na organização de indústrias internacionais. A atualização, o principal conceito para a perspectiva de baixo para cima, concentra-se nas estratégias usadas por países, regiões e outras partes interessadas econômicas para manter ou melhorar suas posições na economia global” (GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2016, p. 7)

É por isso que Renato Baumann(2014) apresenta a existência de três tipos de países que participam de uma cadeia produtiva. O autor classifica como:

“País I”, é o que fornece basicamente matérias-primas. [...] “País II”, é onde ocorre a montagem final do produto, a partir dos insumos proporcionados pelos diversos “Países I”. [...] Um terceiro tipo, “País III”, é o que concentra a parte mais nobre do processo” (BAUMANN; R. 2014, p. 12).

Conforme a citação acima, segundo Baumann (2014), nos países do tipo I, há a concentração da produção de matéria-prima, e o país depende pouco da importação de insumos e equipamentos. Os países do tipo II possuem estrutura suficiente de especialização de mão de obra e infraestrutura, de modo que as

empresas reconheçam sua qualidade para se instalarem em seu país. Já os países do tipo III são responsáveis pela governança de toda a cadeia e recebem a maior quantidade de lucros. Nessas circunstâncias, o Brasil pode ser considerado um país do tipo I devido à sua maior contribuição na produção de produtos agrícolas.

Tendo esse embasamento, parte-se para uma análise da cadeia de produção do cacau no Brasil, adicionando sua contribuição à cadeia global de valor relacionada à commodity do cacau. No que diz respeito à estrutura de entrada-saída de uma CGV, que mapeia o valor agregado dos subseqüentes elos de uma cadeia, a subdivisão dessa estrutura relacionada à cadeia global de valor do cacau é apresentada da seguinte forma: "(i e ii) cultivo e processamento do cacau; (iii) industrialização e produção do chocolate; (iv) comercialização do produto final e, por fim, (v) a logística reversa do chocolate" (JÚNIOR; J, 2016, p. 12).

#### **4.1 O MODO DE PRODUÇÃO DO CACAU E SUAS CONSIDERAÇÕES PARA O COMÉRCIO**

A atividade cacaeira pode ser considerada peculiar se comparada a culturas de outras atividades agrícolas, como por exemplo a soja, que é qualificada como um modelo de plantação extensiva (PIRES, J; DA CUNHA, G. 2022). O agronegócio do cacau é envolto em uma cultura primária, e apesar de haver avanços tecnológicos no que diz respeito ao processo de moagem, processamento da amêndoa e industrialização do chocolate, seu modo de produção permanece o com a mesma estrutura desde a era colonial. Atualmente, existem centros especializados que de pesquisa com o objetivo de melhorar a qualidade do cacau e adequá-lo à demanda internacional.

É importante salientar que a produção do cacau acontece de maneira muito orgânica. Diferente das culturas extensivas, para a produção do cacau não são utilizados maquinários com alta tecnologia para que seja realizada sua plantação, colheita e demais tratamentos agrícolas. Segundo a cartilha do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), 2018, as ferramentas e utensílios necessários para executar os tratamentos culturais do cacau são:

“Facão: utilizado para roçagem, desbrota e poda de formação/ condução; Podão: utilizado para colheita, poda e desbrota; Tesoura de poda; Serra de poda; Canivete; Pulverizador costal; Roçadeira manual; Motosserra; Rodo de madeira; Pá de madeira: utilizada para transportar o cacau mole (úmido)

para os cochos de fermentação; Bodôco ou cutelo; Panacum ou caçuá; e Caixa para quebra do fruto.” (SENAR, 2018. p. 27-28)

Ou seja, a estrutura de produção não foi radicalmente modificada ao longo dos anos. As roças de cacau são manejadas por força-de-trabalho braçal e não houve a introdução de máquinas que substituíssem o trabalho humano na atividade da plantação e da colheita do cacau. Este fato pode estar relacionado ao próprio tipo da planta, tendo em vista que “o cacauero é uma planta que pode atingir de 5 a 8 m de altura e de 4 a 6 m de diâmetro de copa, quando proveniente de semente. Em consequência dos fatores ambientais que influenciam no crescimento, essas dimensões podem ser ultrapassadas” (SENAR, 2018, p. 8). As imagens abaixo tem como objetivo demonstrar um cacauero com frutos:

#### **Imagem 1 - Cacauero com frutos.**



(Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2018, p.8)

Ao analisar as imagens acima é possível observar que o cacauero é uma árvore e o fruto não possui facilidade de ser retirado por algum mecanismo robusto. Além disso, o modo de produção no estado do Pará é o modo agroflorestal, que mescla a cultura nativa para proporcionar sombra em meio à plantação do cacau (INSTITUTO ARAPYÁÚ, 2021), ou seja, dificulta ainda mais o acesso de maquinários. No estado da Bahia é mais comum uma cultura de cultivo a pleno sol, mas atualmente também se faz essa mescla (INSTITUTO ARAPYÁÚ, 2021). Após a

colheita das sementes é necessário que sejam feitos tratamentos específicos para que esta mantenha sua qualidade. O próximo passo é a fermentação do cacau. Esta também possui suas peculiaridades, segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2018, a estrutura de fermentação da semente do cacau é feita da seguinte maneira:

“Os cochos devem ser construídos, preferencialmente, com madeira que não fermente, não tenha odores e seja resistente à umidade, que não tenha restrições legais para uso, em dimensões que variam de acordo com a produção e com, no mínimo, duas divisórias para facilitar o revolvimento da massa de amêndoas de cacau. Para o escoamento do “mel de cacau”, durante o processo de fermentação, o cocho deve ter, em sua base, orifícios medindo de 6 a 10 mm de diâmetro com espaçamento de 15 cm um do outro, visando facilitar a drenagem e promover uma boa aeração da massa de cacau”. (SENAR, 2018, P. 30)

A seguir, a imagem abaixo exemplifica um cocho para que seja feita a fermentação da semente do cacau (imagem 2):

#### **Imagem 2- Cocho para fermentação das sementes de cacau.**



(Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2018, p. 30).

Para realizar o processo de fermentação, é necessário que haja muito conhecimento, e este é adquirido pelos produtores ao longo dos anos, independente de sua escolaridade. Este processo é fundamental para “a produção do cacau de

qualidade, pois é nela que serão formados os precursores de aroma e sabor de uma amêndoa especial” (FERREIRA; A. 2017, p.55). A fermentação é essencial para “reduzir a quantidade de água da semente (reduzir a umidade); reduzir a acidez e o amargor das amêndoas; matar o embrião ou gérmen do cacau; transformar a cor das amêndoas para marrom; e formar os precursores de aroma e sabor” (FERREIRA; A. 2017, p.55).

Outro processo importante para a composição de uma boa amêndoa é a secagem, que pode “ser realizada de forma natural (aproveitamento do calor do sol), artificial (queima de lenha, gás etc.) e mista (combinação dos dois processos)” (SENAR, 2018, P. 31). A imagem abaixo mostra como é uma barcaça simples para secagem de cacau de forma natural (imagem 3):

### **Imagem 3 - Secagem de cacau de forma natural na barcaça.**



(Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2018, p. 130)

E após todas estas etapas é importante que também seja feita uma armazenagem de qualidade, se não todos os esforços anteriores podem ser prejudicados. É na etapa de armazenagem que acontece a conservação da integridade e a qualidade do produto final. Por isso, a armazenagem de cacau “comum”, mas principalmente do cacau considerado “especial”, deve ser feita com os seguintes critérios:

“Armazene o cacau na fazenda em um local bem arejado que seja de fácil limpeza e que tenha entrada de luz;  
Use sacolas limpas, próprias para estocar cacau. Algumas sacarias especiais conservam a qualidade do produto por mais de seis meses. São sacos especiais que possuem vedação específicas para manutenção da qualidade físico-química e sensorial do lote;  
Identifique devidamente cada sacaria pelo código de controle do lote.

Não armazene cacau junto com nenhum outro tipo de produto químico ou materiais que transmitam odores estranhos às amêndoas como inseticidas, fungicidas, tintas, cravo, café, entre outros produtos;

Amêndoas de cacau bem fermentadas e secas devem permanecer com umidade padrão, pois: • Umidade < 8 % — não há formação de mofo; • Umidade < 7 % — evita o ataque de insetos. • OBS.: A umidade dos lotes deve ser verificada periodicamente;

Em condições de armazenamento a longo prazo, a umidade deve ser mantida abaixo de 7%. Os armazéns devem adotar as boas práticas de armazenamento e realizar um acompanhamento regular, a fim de prevenir ou reduzir o crescimento de fungos.” (FERREIRA; A. 2017, p.67-69)

Após a exposição da forma como é realizada as etapas de cultivo e pós cultivo da amêndoa do cacau, é reconhecido que todos esses procedimentos são essenciais para a cadeia global de valor, uma vez que:

“O conceito de cadeia de valor considera a agregação de valores não monetários ao longo das etapas de produção, ou seja, a uma valorização dos modos de vida e conhecimentos intrínsecos à natureza local, permitindo a manutenção, para além da mera sobrevivência, dos grupos sociais envolvidos e de suas relações com o meio ambiente físico e cultural” (SIMONI, j. apud ALMEIDA, ALVES et al., 2012 p.35).

Conforme o trecho acima, os conhecimentos adquiridos pelos agricultores na forma de cultivar o cacau agrega valor à cadeia de produção em todas as etapas, mesmo que os agricultores não recebam retorno financeiro ao fazer a prática de aprender tais técnicas.

## **4.2 A Especialização da Amêndoa Do Cacau**

Já na contemporaneidade, a expansão de países individuais que produzem grãos de cacau fino ou aromatizado se desenvolve ao longo do tempo. Sucessivos acordos internacionais do cacau servem para reconhecer os países produtores de cacau que exportam unicamente ou parcialmente cacau fino ou aromatizado. Esses acordos têm início em 1972, e seus objetivos iniciais consideram as recomendações contidas na Ata Final da primeira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 1964), com desígnios reservados para o incentivo de produção e comercialização do cacau no mundo. A lista de países e sua proporção de produção de cacau fino ou aromatizado sob os sucessivos Acordos Internacionais do Cacau (ICA) de 1972, 1975, 1980, 1986, 1993, 2001, 2010 e 2019 é reproduzida no Anexo C de cada Acordo.

Nas deliberações do painel ad hoc de 2010 sobre a revisão do Anexo "C" do Acordo Internacional do Cacau de 2001, o Brasil recebeu a observação de que "o

painel observou que, até o momento, não houve exportações de cacau fino ou aromatizado dessa origem. No entanto, o painel incluiu este país na lista de países com potencial para produzir e exportar cacau fino ou aromatizado em um futuro próximo" (ICCO, c2016-2020). Em 2019, nove anos após a última deliberação, o relatório da reunião do painel ad hoc sobre a revisão do Anexo "C" do ICA, em 2010, determinou um total de 100% das exportações de grãos de cacau e "embora as exportações de amêndoas de cacau sejam pequenas em volume, o painel reconheceu a apresentação de dados que mostram a situação do país como exportador exclusivo de amêndoas de cacau fino ou aromatizado" (ICCO, c2016-2020).

O mercado mundial de cacau distingue duas grandes categorias de grãos de cacau: grãos de cacau "fino ou de sabor" e grãos de cacau "a granel" ou "comum". Considera-se que o cacau fino é definido como o cacau livre de defeitos no sabor, proporcionando um perfil de sabor complexo que reflete a experiência do produtor e o "*terroir*", ou seja, a percepção do ambiente particular onde o cacau é cultivado, fermentado e seco (ICCO, 2018). Segundo a Organização Internacional do Cacau - ICCO, a maior característica de diferenciação entre ambas as qualidades de cacau é verificada no sabor. O cacau considerado fino possui notas de frutas frescas e douradas, frutas maduras, notas florais, herbais e de madeira, nozes e notas de caramelo, bem como bases de chocolates ricas e equilibradas.

O chocolate produzido no Brasil também tem se destacado internacionalmente por sua qualidade, recebendo certificação de amêndoa e chocolate fino. Atualmente, uma das competições mais relevantes no âmbito internacional para premiação de chocolates é o *Cocoa of Excellence* - Cacau de Excelência. Nessa competição, o sabor do liquor de cacau é avaliado sensorialmente pelo comitê técnico do programa Cacau de Excelência. As melhores amostras de amêndoa de cacau processadas em chocolate são selecionadas para a avaliação sensorial do sabor pelos membros da comissão em um painel mais amplo de profissionais julgadores (*COCOA OF EXCELLENCE*, c2023).

Entre os anos de 2015 a 2020, o Brasil obteve premiações de prata em dois anos, 2017 e 2019, numa classificação que é dividida por regiões. Em 2017, o ganhador foi Emir De Macedo Gomes Filho, da Fazenda São Luis em Linhares, Espírito Santo. Em 2019, houve duas colocações: Elcy Gutzeit Calasans Fernandes,

da Fazenda Bom Tempo em Uruará, Pará; e João Tavares Bisneto, da Fazenda Leolinda em Uruçuca, Bahia (*COCOA OF EXCELLENCE*, c2023).

Com isso, é importante ter em vista que a qualidade do cacau depende de fatores que vão além da genética da planta. Todas as demonstrações apresentadas no item 5 são responsáveis pela qualidade da amêndoa e, posteriormente, do chocolate. O estudo elaborado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, 2018, aponta as características do cacau nas etapas de plantação e pós-colheita, sendo elas: variedade genética; morfologia da planta; condições climáticas; solo; manejo como características da plantação e Aroma das amêndoas; Características químicas; Coloração; Grau de fermentação; Secagem; Acidez e aroma; Classificação/padronização; Segregação e Condições de armazenagem para as características de pós colheita.

Esta forma de preparo vale tanto para o cacau comum quanto para o cacau fino, mas dependem de seu modo de aplicação. No quadro 1 estão apresentadas as diferenças no tratamento e pós-colheita do cacau, comparando o cacau comum com o fino.

**Quadro 9-** Práticas agrícolas no cacau comum e no cacau fino.

Práticas Agrícolas	Cacau Comum	Cacau Fino
Colheita	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervalo entre colheita maior</li> <li>• Colheita de frutos verdes, verdoengos, maduros e sobremaduros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervalo entre colheita no máximo de 14 dias</li> <li>• Colheita apenas de frutos maduros</li> </ul>
Embandeiramento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Frutos colhidos com facão ou podão.</li> <li>• Montes menores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Frutos colhidos com a mão ou com gancho</li> <li>• Montes maiores</li> </ul>
Seleção de Frutos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não é feita</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seleção por sanidade, maturação, variedade</li> </ul>
Quebra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da quebra na 6ª-feira.</li> <li>• Retira todas as sementes do fruto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da quebra no 6º dia após a colheita.</li> <li>• Cuidado para não ferir as amêndoas com o facão.</li> <li>• Retira todas as sementes do fruto, separa as sementes, elimina totalmente cibira, sementes achatadas e germinadas.</li> </ul>
Transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando possível</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatoriamente no mesmo dia</li> </ul>
Fermentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mistura cacau de frutos quebrados em dias diferentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não mistura cacau de frutos quebrados em dias diferentes;</li> <li>• Acompanha temperatura durante a fermentação</li> <li>• Adiciona pedaços de folha de banana para aumentar a temperatura</li> <li>• Cobre a massa de cacau com folhas de bananeira</li> <li>• Nivel a superfície da massa de cacau</li> </ul>
Secagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secagem natural e artificial</li> <li>• Retira os restos de cascas, pedúnculos e cibiras.</li> <li>• Se ocorrer mofo realiza pisoteio</li> <li>• 8% de umidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secagem natural</li> <li>• Retira os restos de cascas, pedúnculos e cibiras.</li> <li>• Ao final da tarde, amontoa a massa de cacau em uma ou duas pilhas e fecha a barçaça</li> <li>• 7% de umidade.</li> </ul>
Seleção de amêndoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não é feita</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Padronizada por tamanho</li> <li>• Elimina totalmente restos de cibira, sementes quebradas, achatadas e germinadas</li> </ul>
Armazenamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Armazém limpo e arejado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Armazém limpo e arejado</li> </ul>

Fonte: APCFE, citado por Zugaib (2011).

Desse modo, é possível observar que o melhoramento do cacau depende também do produtor e de como ele investirá nos cuidados que vão desde o plantio com as condições adequadas, até a maneira que as amêndoas são armazenadas.

### 4.3 A Influência da Governança Internacional Na Produção de Cacau No Brasil

Com base no que foi apresentado aqui sobre a ideia de Gereffi e Fernandez-Stark (2016) sobre o conceito de governança nas cadeias globais de valor, é possível relacionar o nível de análise da divisão entre os agentes globais (top-down) e os locais (bottom-up) na cadeia global de valor do cacau. Os elementos globais são as forças globais que comandam a cadeia, enquanto os elementos locais são as engrenagens que são comandadas pelos agentes globais. Com isso, ao analisar a dinâmica de produção do cacau, é possível visualizar a influência desses atores internamente, exercendo tais forças de "cima para baixo", conforme conceituam os autores.

Desse modo, a "governança" das cadeias de valor globais, um conceito-chave da visão de cima para baixo, concentra-se principalmente em empresas líderes e na organização das indústrias internacionais (Gereffi; Fernandez-Stark, 2016, p. 7). E como essas empresas influenciam internamente na produção de cacau no Brasil? Através de seus projetos de sustentabilidade para fornecer ao mundo produtos de qualidade. É por meio de projetos e programas que as instituições internacionais conseguem incentivar os produtores a manterem sua produção de acordo com as exigências do mercado, especialmente sob a narrativa de sustentabilidade, visando atingir novos mercados..

Conforme defendido por Gereffi e Korzeniewicz (1994), as empresas na governança seguem um padrão que especifica o tipo de empresa de acordo com sua estrutura, sendo elas: *producer-driven* (guiada pelo produtor) ou *buyer-driven* (guiada pelo comprador). As empresas *producer-driven* são aquelas que exercem domínio sobre os fornecedores e distribuidores na cadeia de produção. Por outro lado, as empresas *buyer-driven* são varejistas internacionais que, geralmente, não são responsáveis pela fabricação do produto em si, mas desempenham papéis importantes em termos de design, inovação e outros aspectos (Gereffi e Korzeniewicz, 1994).

No contexto do cacau, é observado o envolvimento de empresas *producer-driven* que possuem o poder de liderar a cadeia global de produção por meio de suas iniciativas. No entanto, é importante ressaltar que, na governança da cadeia global do cacau, essas empresas exercem sua influência por meio das instituições relacionadas ao cacau. Dentre as instituições relevantes, destacam-se a Fundação Mundial do Cacau (*World Cocoa Foundation - WCF*), a Organização Internacional do Cacau (*International Cocoa Organization - ICCO*) e a Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), no entanto, estas não são as únicas.

A Organização Internacional do Cacau (*International Cocoa Organization - ICCO*) é amplamente reconhecida como uma das instituições mais importantes para o desenvolvimento da cadeia global do cacau. Trata-se de uma organização intergovernamental estabelecida em 1973, com base nas manifestações das Nações Unidas, com o objetivo de atuar no âmbito dos Acordos Internacionais do Cacau. A ICCO conta com a participação de 51 países membros, incluindo 22 países exportadores de cacau e 29 países importadores de cacau. Esses países

representam coletivamente 92% das exportações mundiais de cacau e 80% das importações mundiais de cacau (ICCO, 2016-2020).

O objetivo da ICCO é alcançar as metas estabelecidas na Agenda Global do Cacau para uma Economia Sustentável, que foi resultado da primeira conferência mundial do cacau realizada em Abidjan em 2012. Nessa conferência, os participantes concordaram em tomar medidas relacionadas à produção sustentável, cadeia industrial sustentável, consumo sustentável e gestão estratégica do setor de cacau (ICCO, c2016-2020). Especificamente para o período de 2019 a 2024, os membros da ICCO concordaram com um Plano de Ação Estratégico que estabelece as principais prioridades, sendo elas:

“**Produtores de cacau:** Melhorar significativamente a renda e as condições de trabalho dos produtores de cacau; **Sustentabilidade ambiental:** Melhorar a pegada ambiental da cadeia produtiva do cacau, no contexto global das mudanças climáticas; **Desenvolvimento de Cacau:** Implementar e apoiar planos nacionais de desenvolvimento do cacau, integrados em planos holísticos de desenvolvimento rural; **Processamento local:** Incentivar o processamento e fabricação local de cacau e produtos à base de cacau nos países produtores; **Consumo:** Promover o consumo de produtos à base de cacau, especialmente nos países produtores; **Colaboração:** Melhorar o diálogo político e a colaboração entre todos os atores da cadeia de valor do cacau; **Estatísticas:** Produzir informações estatísticas sobre produção, moagem, comércio, estoques e preços de grãos de cacau e produtos semi-acabados.” (ICCO, WHO WE ARE. c2016-2020)

Essas prioridades estabelecidas são formuladas com o objetivo de sanar as dificuldades da cadeia global de valor. Conforme observado anteriormente, é possível notar que os objetivos se iniciam com os produtores de cacau e se estendem até depois do consumidor. Trabalhar para garantir os itens mencionados implica em promover a sustentabilidade econômica mundial do cacau, transformando os setores econômico, social e ambiental. Uma das problemáticas que inviabiliza a sustentabilidade do setor é justamente a qualidade de vida dos produtores de cacau. Mesmo com várias iniciativas, a "maioria dos produtores de cacau ainda vive abaixo da linha da pobreza, com padrões de vida muito baixos (...), o valor que os produtores de cacau obtêm por seu cacau dentro da cadeia de valor é insustentável, pois não lhes permite alcançar um padrão de vida decente para eles e suas famílias" (ICCO, c2016-2020). Além disso, o setor do cacau tem sentido os impactos do aumento da preocupação com a defesa ambiental e social nas cadeias de suprimentos. Como solução para resolver esses problemas, estão sendo criados

programas para incentivar a mudança de práticas e promover melhorias, tais como a World Cocoa Foundation (2000), o Nestlé Cocoa Plan (2009) e o Cocoa Action (2014-2019), entre outros.

E apesar de esses programas apresentarem resultados positivos para a cadeia de valor do cacau, é possível observar que, mesmo com a ênfase nos setores sociais, suas ações têm mais destaque quando direcionadas à produção do cacau. O aumento da produção e a sustentabilidade ambiental são aspectos sempre presentes nessas iniciativas. Conforme demonstrado no capítulo anterior, as forças de governança atuam para incentivar os agricultores a adotarem práticas sustentáveis. No entanto, na realidade, as iniciativas os encorajam a obter lucro no mercado por meio de práticas agrícolas voltadas para as novas demandas do mercado..

Um exemplo disso é a iniciativa da World Cocoa Foundation (WCF), criada nos anos 2000 a partir da iniciativa do presidente da US Chocolate Manufacturers Association (CMA) e do American Cocoa Research Institute (ACRI), com o objetivo de garantir um futuro sustentável para o cacau e seus agricultores (WCF - História, s.d). Atualmente, a WCF possui membros que englobam “fornecedores de insumos agrícolas, instituições financeiras, processadores de cacau, fabricantes e fabricantes de chocolate, cooperativas de agricultores, empresas de comercialização de cacau, portos, empresas de armazenamento e varejistas.” (cWCF, s.d). Entre seus membros estão empresas como Barry Callebaut, Cargill, Cacau Show, Dengo, Ferrero, Fuji Oil, Hershey, Indeca, Mars Wrigley, Mondeléz, Nestlé, Ofi, Unilever, entre outros (cWCF, s/d). Observa-se, portanto, que essas empresas não apenas lideram a governança da cadeia de valor do cacau, mas também de diversos setores agrícolas e alimentícios.

No Brasil, um dos programas sustentáveis estabelecidos pela World Cocoa Foundation é o Cocoa Action Brasil, lançado em 2018. Trata-se de uma iniciativa pré-competitiva e de ampla parceria público-privada no setor do cacau, cujo objetivo é contribuir para o alinhamento e desenvolvimento da cadeia de cacau no país.. O programa busca "colaborar para o alinhamento e desenvolvimento da cadeia de cacau no país, promovendo intercâmbio de conhecimentos e sinergias com trabalhos já existentes, de modo a melhorar a produtividade e rentabilidade dos produtores, com atenção especial para a sustentabilidade" (cWCF. s.d). Suas prioridades em relação aos produtores e suas plantações incluem a “melhoria da

produtividade; melhoria da qualidade do cacau; melhoria da gestão da propriedade; prevenção de pragas e doenças” (cWCF, s.d).

É possível perceber como essas organizações influenciam a produção de cacau no Brasil. Tanto a Cocoa Action quanto outros programas de incentivo têm a finalidade de estabelecer e produzir material de conhecimento para transferir aos produtores. Ao observar seus objetivos e visões, os programas transmitem aos produtores a sensação de que estão genuinamente ajudando a causa. No entanto, no final das contas, essas organizações exercem influência sobre a cadeia de valor. Conforme apresentado no relatório de impacto da Cocoa Action Brasil (WCF, 2022), ela tem atuado como uma organização estruturante. Conforme apresentado no relatório de impacto da Coca Action Brasil (WCF, 2022), esta vem trabalhando como uma organização estruturante. Isso significa que são “uma organização com equipe dedicada e com competências específicas para servir como ”espinha dorsal”, para toda a iniciativa de impacto coletivo e coordenar o trabalho integrado de todas as organizações participantes” (STANFORD SOCIAL INNOVATION, 2012).

Ou seja, o trabalho desta iniciativa é agir diretamente na estrutura da cadeia global de valor de cacau exercendo sua governança. Então, ao longo desses anos:

“o papel do Cocoa Action Brasil nos últimos anos foi o de criar as bases para o desenvolvimento de um espaço colaborativo e efetivo para a aceleração do crescimento da cadeia cacauífera de forma sustentável. Para tornar essa missão uma realidade, a iniciativa tem se dedicado a criar um “ambiente facilitador” na cadeia. O trabalho feito de organização e alinhamento é importante para criar as bases do desenvolvimento sustentável do setor.” (COCOA ACTION BRASIL, 2022, p. 16)

Ao realizar o trabalho descrito acima, a organização tem acesso direto à implementação das práticas que ela mesma desenvolve em benefício de seus objetivos. Essa distribuição é formalizada por meio das instituições públicas e privadas que atuam na cadeia de valor do cacau no Brasil, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento da produção nos estados do Pará e da Bahia, conforme mencionado nesta pesquisa. Essas instituições atuam como intermediárias na disseminação das práticas sustentáveis e na coordenação das ações entre os

diferentes atores da cadeia, incluindo produtores, processadores, fabricantes de chocolate, cooperativas, entre outros. Elas desempenham um papel fundamental na implementação e monitoramento das diretrizes estabelecidas pelas iniciativas de governança, contribuindo para a promoção da sustentabilidade e o alcance dos objetivos propostos. Mais especificamente, a Cocoa Action tem parceria com as seguintes instituições no Brasil:

**Setor Público** - Federal: Ministério da Economia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Regional, Câmara Setorial do Cacau e Sistemas Agroflorestais;

**Secretarias de Agricultura dos estados brasileiros:** Bahia, Pará, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso, e Rondônia;

**Entidades Setoriais:** Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas, Associação das Indústrias Processadoras de Cacau, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Organização das Cooperativas do Brasil.

**Entidades de Pesquisa e Extensão:** Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, Centro de Inovação do Cacau, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

**Agências de Defesa Agropecuária:** Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Agência de defesa agropecuária da Bahia, Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia, Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo,

**Setor Público** - Estadual Órgãos de Extensão: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pará (EMATER-PA), Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), Assistência Técnica e Extensão Rural - Rondônia (EMATER-RO), Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER).

**Setor privado:** Barry Callebaut, Cargill, Dengo, Harald, Mars Wrigley, Mondelez, Nestlé, Ofi.

**Certificação e Terceiro Setor:** Imaflora, Instituto Arapyaú, Rainforest Alliance, Solidaridad, The Nature Conservancy.

**Grupos & Parcerias:** Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau e Sistemas Agroflorestais, Grupo de Trabalho de Crédito (vinculado à Câmara Setorial), Câmara Setorial do Cacau da Bahia, Cacau de Origem Amazônica, South- South Knowledge Exchange (SSKE), Rede Agroflorestal do Sul da Bahia, Plataforma Transamazônica, Rota do Cacau - Pará , GTEC Cacau” (COCOA ACTION BRASIL, 2022, p. 9 e 35)

As entidades mencionadas anteriormente desempenham um papel fundamental na produção de cacau no Brasil, abrangendo desde atividades de pesquisa até órgãos responsáveis pela fiscalização. Além disso, o relatório menciona o material elaborado pela organização e distribuído à comunidade cacaueira, como o estudo de "Viabilidade Econômica de Sistemas Produtivos com Cacau: Cabruca, Pleno Sol e Sistemas Agroflorestais nos estados da Bahia e do Pará", realizado pela Cocoa Action, Instituto Arapyaú e WRI Brasil, bem como o "Panorama da cacaucultura no território litoral sul da Bahia (2015-2019)", realizado

pelo Instituto Arapyaú e WRI Brasil, entre outros materiais. Esses materiais têm como objetivo disseminar as melhores práticas de produção relacionadas ao segmento do cacau no Brasil para os produtores. Com isso, é possível analisar como a governança internacional do cacau influencia diretamente na produção de cacau no Brasil, já que essas entidades possuem parcerias com os setores público e privado para distribuir seus materiais e atuam em todas as esferas da cadeia global de valor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foi possível considerar que a produção de cacau no Brasil não foge à lógica da acumulação do capital. Desde o início de sua implementação na Bahia, essa prática agrícola no Brasil foi estabelecida por meio da exploração da terra e do homem. O modo de produção sustentável tornou-se apenas um meio de gerar lucro a partir dos novos tipos de mercado. Demonstramos, portanto, que o histórico de produção da Bahia possui mais influência da força do ambiente externo do que do doméstico, ao contrário do senso comum que nos é repassado. Se não fosse a insistência das instituições internacionais do cacau para que a Bahia continuasse sendo a maior produtora no Brasil, provavelmente poderiam ter sido desenvolvidos outros pólos de produção de cacau. A análise dos dados nos apresentou que a produção de cacau na Bahia, ao longo dos anos, não possui a viabilidade na qual ela é discursar. Se não fosse o aumento da área destinada à colheita, o número de frutos colhidos não sofreria aumento, uma vez que sua produção média por hectare está consideravelmente abaixo da média.

Passa-se a compreender também como os produtores realizam a produção de cacau. Pelas imagens, é possível perceber que seu modo de plantio necessita de cuidados específicos, uma vez que é crucial para essas plantações ter a permanência da mata nativa, ou pelo menos de árvores plantadas para o sombreamento. Foi possível relacionar a produção de cacau no Pará e na Bahia e como estas ainda são díspares. O estado da Bahia recebe, indiscutivelmente, mais amparo das instituições do que o estado do Pará. Compreendemos também como a cadeia global de valor e, conseqüentemente, a cadeia global de produção do cacau estão relacionadas às instituições de governança. Foi possível analisar como as instituições são capazes de se perpetuar como governança por meio de seus programas, como o Cocoa Action Brasil.

Com isso, consideramos que aqueles que participam da governança do cacau conseguem exercer influência no Brasil por meio da manutenção de seus ideais e da propagação dos mesmos. Eles são capazes de utilizar os espaços geográficos a seu favor, uma vez que permitiram que a Bahia se tornasse o principal produtor. Agora que o eixo dinâmico da produção foi transferido involuntariamente para o estado do Pará, essas instituições voltarão seus investimentos para lá. Assim, é importante atrelar os fenômenos relacionados a esse direcionamento da produção em um

espaço e depois mudar gradualmente para outro, como influências das instituições a partir das cadeias globais de valor.

Ao longo dos três capítulos, foi possível concluir os objetivos gerais e específicos. Apesar de terem sido encontradas no acesso a informações e dados, a metodologia de pesquisa, de cunho exploratório e utilizando métodos quantitativos e qualitativos, foi suficiente para responder às questões propostas. Ao analisar como o mercado internacional influencia a cadeia de produção, especificamente da commodity do cacau, a partir da cadeia global de valor de 2015 a 2020, concluímos que o Brasil se insere nessa cadeia global de valor como um país capaz de produzir produtos primários. No que diz respeito à produção de cacau, foi possível demonstrar como essa cadeia não apresenta evolução tecnológica em seus meios de produção. Além disso, de acordo com o conceito de cadeias globais de valor apresentado por Gereffi e Fernandez-Stark (2016), o Brasil acaba sendo reconhecido como um país que apresenta elementos locais nessa cadeia. Assim, é possível analisar como um país individual pode participar das cadeias globais de valor, no caso do Brasil, com o cacau.

As cadeias de valor são fatores geradores de agregação de valor, e neste aspecto, o Brasil tem conseguido aumentar seus níveis de qualidade, como evidenciado pelo ganho de premiações internacionais de qualidade. No entanto, isso é possível devido à agregação de valor atribuída ao seu modo de produção associado ao cacau como mercadoria. Esse aspecto é potencializado pela cadeia global de valor, que prioriza o fomento da potencialidade da especialização de cada país. Como o Brasil está situado como um elo na cadeia na etapa de produção, ocorre a exploração dos territórios. Apesar de o conceito de cadeia global de valor ser considerado relativamente novo, ao analisar os antecedentes históricos da produção de cacau no Brasil, é possível perceber o poder das instituições em manter um espaço de produção ativo por meio do enraizamento da especialização de um produto agrícola.

E por fim, as questões relacionadas às cadeias globais de valor e suas articulações na cadeia produtiva do cacau no Brasil, embora não tenham sido abordadas explicitamente no texto, deixam espaço para interpretações. Observa-se que as CGV e suas cadeias de produção condicionam os trabalhadores a realizar um trabalho voltado para agregar valor ao produto final, mas que, na maioria dos casos, não retorna integralmente para o produtor. Essa dinâmica abre possibilidades

para futuras discussões sobre questões como o uso da terra e a condição da força de trabalho nas plantações de cacau. Com a conclusão da pesquisa, foi possível enxergar nuances que vão além da simples qualificação das amêndoas de cacau, abrangendo todo o trabalho envolvido nesse processo. É possível analisar a cadeia de produção do cacau a partir de perspectivas mais profundas, incluindo a forma como as instituições responsáveis por essa governança trabalham para a manutenção de um sistema também exploratório, entre outros aspectos.

## REFERÊNCIAS

- AIPC. Associação das Indústrias Processadoras de Cacau. **Quem somos**. c2018-2021. Disponível em: <<https://aipc.com.br/quem-somos/historia/>>. Acesso em: 17 de Abril de 2023.
- ALMEIDA, Débora; ALVES, Fernanda Basso; PIRES, Liliana (Ed.). **Governança em cadeias de valor da sociobiodiversidade: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais da castanha-do-Brasil e borracha-FDL no Acre**. GIZ, 2012.
- ÁLVARES-AFONSO, F. M. **O cacau na Amazônia**. CEPLAC. Itabuna: CEPLAC, 1979. 36p. (Boletim Técnico, 66).
- ARAÚJO, J. C.; TOURINHO, M. M. **Relatório de Avaliação do Projeto Cacau no Estado do Pará**. Contrato CEPLAC - EMBRATER. Brasília, Dezembro, 1976.
- ASSAD, Leonor. **Uma oportunidade que (ainda) não se concretizou**. *Ciência e Cultura*, v. 69, n. 2, p. 11-13, 2017.
- BAHIA DE AGUIAR, Paulo César; DE MOURA PIRES, Mônica. A região cacauzeira do sul do estado da Bahia (Brasil): crise e transformação. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 28, n. 1, p. 192-208, 2019.
- BATISTA, Ana Paula Sabbag Amaral. **Chocolate: sua história e principais características**. 2008.
- BAUMANN; R. **INTRODUÇÃO**. In: OLIVEIRA, Susan Elizabeth Martins Cesar de. Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: uma análise comparada das estratégias de inserção de Brasil e Canadá. 2014.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRAGA, Daniel Palma Perez et al. **Sistemas agroflorestais com cacau: conceitos e motivações**. 2018.
- BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. **Produção de Cacau**. 2021.
- BRANDÃO, C. A. 2007. **Território e desenvolvimento**. Campinas, SP, UNICAMP. 286p.
- BRANDÃO, Jailson Rocha et al. **A cultura do cacau em SAF: reflexões sobre identificação e valorização de serviços ambientais e socioeconômicos na Transamazônica**. 2008.
- BRASIL. Decreto nº 40.980, de 20 de Fevereiro de 1957. **Institui o Plano de Recuperação Econômico Rural da lavoura cacauzeira do País**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D40987.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D40987.htm)>. Acesso em: 13 de Mar. de 2023.
- BRASIL. Lei nº 7.093 de 16 de janeiro de 2008. **Institui o Programa de Aceleração do Crescimento e Consolidação da Cacaicultura no Estado do Pará - PAC CACAU-PA e cria o Fundo de Apoio à Cacaicultura do Estado do Pará**. Disponível em: <[https://www.age.pa.gov.br/sites/default/files/2023-02/lei\\_estadual\\_n\\_7093\\_de\\_16\\_01\\_2008.pdf](https://www.age.pa.gov.br/sites/default/files/2023-02/lei_estadual_n_7093_de_16_01_2008.pdf)>. Acesso em 13 mar. de 2023.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; NAKANO, Y. (Orgs.). **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 69-95.
- BRITO; S. B.; **Lavoura Cacaueira da Bahia: Caracterização da Crise Atual**. 1996, p.6.

CAMPEÃO, Patrícia. **Sistemas locais de produção agroindustrial: um modelo de competitividade**. 2004.

CHANNELING CHANCE: **Making Collective Impact Work**. Stanford Social Innovation Review, 2012.

CHIAPETTI, Jorge. **A crise da atividade cacauera no contexto do reordenamento da economia mundial**. *Agrotropica*, v. 26, n. 3, p. 157-166, 2014.

CHIAPETTI, Jorge. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na região cacauera da Bahia**. 2009.

CIC - Centro de Inovação do Cacau. (c2020). **Institucional**. Disponível em:<<https://pctsb.org/cic/institucional>>/. Acesso em: 13 de Fev. de 2023.

CIC. Centro de inteligência do Cacau.(s.d.) História. Disponível em:<[http://nbcgib.uesc.br/cicacau/cicacau\\_historia.php](http://nbcgib.uesc.br/cicacau/cicacau_historia.php)>. Acesso em: 16 de Abr. de 2023.

COCOA OF EXCELLENCE. **HOME**. c2023. Disponível em:<<https://www.cocoaofexcellence.org/>>. Acesso em: 01 de Abr. de 2022.

CUNHA, L. **Estudo de competitividade do cacau e chocolate no Brasil: desafios na produção e comércio global**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC. Brasil.

DAVIS,J.; GOLDBERG,R. **A concept of agribusiness**. Harvard University Press, 1957.

DELGADO, Claudia Villegas. LA PRODUCCIÓN DE LAS ESCALAS GEOGRÁFICAS EN EL CAPITALISMO GLOBAL. **ESPACIOS GLOBALES PARA LA EXPANSIÓN DEL CAPITAL TRANSNACIONAL EN EL CONTINENTE AMERICANO**, p. 43.

FAOSTAT - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Countries by commodity**. Disponível em<[https://www.fao.org/faostat/en/#rankings/countries\\_by\\_commodity](https://www.fao.org/faostat/en/#rankings/countries_by_commodity)>. Acesso em: 03 de Abr. de 2023

FERREIRA, Adriana Cristina Reis. **Beneficiamento de cacau de qualidade superior. PTCSB: Ilhéus**, 2017.

FONTES, Maria Josefina Vervloet. **Do cacau ao chocolate: trajetória, inovações e perspectivas das micro e pequenas agroindústrias de cacau/chocolate**. 2013. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. Universidade Rural do Rio de Janeiro–UFRRJ. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro.

FRANÇA FILHO, Durval Pereira da. 2009. **Pelos Caminhos da Fé: aspectos da cristianização católica na história de Canavieiras**.

FRANCO, Ariovaldo. De caçador a gourmet – “**Uma história da gastronomia**”. Editora Senac. 3ª edição – São Paulo -2001.

FREUND, Caroline L.; MATTOO, Aaditya; ANTRÀS, Pol (Ed.). **World development report 2020: Trading for development in the age of global value chains**. World Bank Group, 2020.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Economia Cacauera da Bahia: Crises e Mudanças**. *Universitas*, n. 30, p. 103-103, 1982.

Gereffi, G. and Korzeniewicz, M. (eds) (1994) *Commodity Chains and Global Capitalism*, Westport: Praeger.

GEREFFI, Gary; FERNANDEZ-STARK, Karina. **Global value chain analysis: a primer**. 2016.

GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. **The governance of global value chains**. *Review of international political economy*, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.

GRAMSCI, A. 1968. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro, RJ, Civilização Brasileira. 161p.

GUIMARÃES, José Raul dos Santos et al. **A importância da cultura do cacau para o desenvolvimento local no território da Transamazônica (PA): um estudo centrado em alternativas de sustentabilidade econômico-espacial**. 2011.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - **SIDRA: produção agrícola municipal: tabelas**. Rio de Janeiro, 2022. Dados em nível de município. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> . Acesso em: 03 de Abr. de 2022.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA: produção agrícola municipal: tabelas**. Rio de Janeiro, 2022. Dados em nível de município. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> . Acesso em: 03 de Abr. de 2022.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - **SIDRA: produção agrícola municipal: tabelas**. Rio de Janeiro, 2023. Dados em nível de município. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> . Acesso em: 03 de Abr. de 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA: produção agrícola municipal: tabelas**. Rio de Janeiro, 2023. Dados em nível de município. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> . Acesso em: 03 de Abr. de 2023.

ICCO - International Cocoa Organization. **A WORKING DEFINITION OF FINE OR FLAVOUR COCOA**. Preparatory Meeting on Annex “C” of the International Cocoa Agreement, 2010. Berlin, Germany, 2018. Disponível em: <<https://www.icco.org/wp-content/uploads/FFP-5-2-Rev.1-A-Working-Definition-of-Fine-or-Flavour-Cocoa-English.pdf>> . Acesso em: 23 de Maio de 2022.

ICCO- International Cocoa Organization. **Agreements & History**. c2016-2020 Disponível em: <<https://www.icco.org/who-we-are/agreements/>>. Acesso em 19 de Abr. de 2023.

ICCO- International Cocoa Organization. **Cocoa Economy Informations**. c2016-2020 Disponível em: <<https://www.icco.org/economy/#board>>. Acesso em 19 de Abr. de 2023.

ICCO- International Cocoa Organization. **Fine or Flavor Cocoa**. c2016-2020. Disponível em: <<https://www.icco.org/fine-or-flavor-cocoa/>>. Acesso em 01 de Abr. de 2022.

ICCO- International Cocoa Organization. **Who we are**. c2016-2020. Disponível em: <<https://www.icco.org/who-we-are/#vision>>. Acesso em 19 de Abr. de 2023.

ICCO- International Cocoa Organization. **COCOA ECONOMY INFORMATION**. c2016-2020. Disponível em: <<https://www.icco.org/icco-documentation/icco-agreements-and-their-history/#toggle-id->>. Acesso em 01 de Abr. de 2022.

ICCO- International Cocoa Organization. **Membership of ICCO**. c2016-2020 Disponível em: <<https://www.icco.org/who-we-are/membership/#toggle-id-1>> . Acesso em 19 de Abr. de 2023

INSTITUTO ARAPYAUÚ; COCOA ACTION BRASIL; WRI BRASIL. (2021). **ESTUDO FEITO NO SUL DA BAHIA E NO PARÁ MOSTRA VIABILIDADE DO CACAU PRODUZIDO NA FLORESTA**. Disponível em: <<https://arapyau.org.br/estudo-feito-no-sul-da-bahia-e-no-para-mostra-viabilidade-do-cacau-produzido-na-floresta/>> . Acesso em: 23 de Mar. 2022.

JAVA CHOCOLATES. “**O que é nibs de cacau**”, 2022. Disponível em: <<https://www.javachocolates.com.br/blog/o-que-e-nibs-de-cacau/#:~:text=Fermenta%C3%A7%C3%A3o,a%20cham%C3%A1%20das%20de%20am%C3%AAndoa>>. Acesso em: 06 de Jun. de 2022.

JUNIOR, José Luiz Pimenta. 3 Seminário de Relações Internacionais **A Inserção Do Brasil Nas Cadeias Globais De Valor: O Caso Da Indústria De Cacau E Chocolate**. 2016.

JUNIOR, José Luiz Pimenta. 3 Seminário de Relações Internacionais **A Inserção Do Brasil Nas Cadeias Globais De Valor: O Caso Da Indústria De Cacau E Chocolate**. 2016.

JÚNIOR, Miguel Alves. **A cultura do cacau no território da transamazônica e xingu: um enfoque as pesquisas realizadas no município de Medicilândia-pa**. EDUCAmazônia, v. 10, n. 1, p. 126-142, 2013.

LAUSCHNER, Roque. **Agroindústria e pequeno produtor**. São Leopoldo. Unisinos, 1993

LEAL, João Bosco. **A economia do cacau na Bahia: um estudo de história econômica**. São Paulo: Hucitec, 1994.

LEITE, Lucas Rasi Cunha. **Estudo de competitividade do cacau e chocolate no Brasil: desafios na produção e comércio global. Ministério da Indústria, comércio exterior e serviços. Brasília**, 2018. MAPA. Ministério da Agricultura e Pecuária. **A CEPLAC**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/a-ceplac>>. Acesso em: 17 de Jan. de 2023.

MAPA/CEPLAC. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **“Cartilha de boas práticas na lavoura cacaueira no estado do Pará”**. Belém: 2020. 64 p. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/outras-publicacoes/cartilha-do-cacaueiro-com-ficha-catalografica.pdf>>. Acesso em: 11 de Abr. de 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. In: **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 2015. p. 314-314.

MARS. (c2023). **Centro MARS de Ciência do Cacau doa 1 tonelada de alimentos para cães e gatos da comunidade rural de Barro Preto na Bahia**. Disponível em: <<https://bra.mars.com/not%C3%ADcias-e-hist%C3%B3rias/press-releases/centro-mars-de-ciencia-do-cacaueiro-com-ficha-catalografica.pdf>>. Acesso em: 16 Abr. de 2023.

MASSEY, DOREEN. (1995 [1984]). **Spatial Divisions of Labor. Social Structures and the Geography of Production**. Nueva York: Routledge

MELO, C. B. **Cacau**. Portal Embrapa. 10 de Out. de 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-imagens/-/midia/4096001/cacau>> Acesso em: 24 de Fev. 2022.

MENDES, Fernando A. Teixeira. **Agronegócio cacau no estado do Pará: origem e desenvolvimento**. Belém, PA, 2018.

MENDES, Fernando Antônio Teixeira; MOTA, Jay Wallace da Silva. **O Cultivo do Cacaueiro no Estado do Pará**. 2016.

NOBRE, M. 2012. **Depois da formação**. Revista Piauí (Brasil) 74(7):74-77.

OLIVEIRA, L. P. de 2016. **Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Cacau no Pará- PRÓCACAU- 2011/2019**. Belém, Pará: SEDAP, 56 p. (Edição Revisada do PRODECACAU, 2011/2019).

PINHEIRO, E.; ÁLVARES-AFONSO, F. M.; TOURINHO FILHO, E.; CONDUURU, J. M.; ZACCARIA, A.M.; DE OLIVEIRA, M. L. L.; SHINEIDER, A. W.; DE MORAES, L. P. **Projeto cacau 1971 -1974**. Governo do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Agricultura, Governo Fernando Guilhon, outubro de 1971.

PIRES, João Leonardo Fernandes; DA CUNHA, Gilberto Rocca. **Sistemas de produção de lavouras extensivas em Plantio Direto: cereais de inverno**. 2022.

PIRES, João Leonardo Fernandes; DA CUNHA, Gilberto Rocca. **Sistemas de produção de lavouras extensivas em Plantio Direto: cereais de inverno**. 2022.

RANGEL, Jefferson F. **ceplac/cacau ano 25**. IICA Biblioteca Venezuela, 1982.

ROCHA, L. B. 2008. A Região Cacaueira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus, BA, UESC/EDITUS. 181p.

SAMPAIO, L. SEDAP - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca, 2018. **Funcacau**. Disponível em: <<http://www.sedap.pa.gov.br/artigos/funcacau>>. Acesso em: 15 de Abril de 2023

SANTOS, Geraldo Borges. **A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC): um caso de desenvolvimento institucional**. 1979. Tese de Doutorado.

SCHERER, André Luís Forti. Cadeias de valor e cadeias globais de valor. **Elementos conceituais e referências teóricas para o estudo de Aglomerações Produtivas Locais**, p. 54, 2014.

SEDAP - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca, 2020. **Cacau**. Disponível em: <<http://www.sedap.pa.gov.br/content/cacau>>. Acesso em: 15 de Abril de 2023

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Cacau: produção, manejo e colheita** / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Brasília: Senar, 2018. 145 p; il. 21 cm (Coleção Senar, 215). Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/215-CACAU.pdf>>. Acesso em: 14 de Abr. de 2021.

VALDÉS, F. **Primeras Sociedades de la Alta Amazonía. La Cultura Mayo Chinchipe-Marañón**. 2013.

VALDEZ, Francisco. **Complejo cerámico: Mayo Chinchipe**. 2016.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 18, p. 267-295, 2014.

WCF - World Cocoa Foundation. Cocoa Action Brasil s.d. **Initiative**. Disponível em:<<https://www.worldcocoafoundation.org/initiative/cocoaaction-brasil-por/>>. Acesso em: 15 de Abril de 2023.

WCF - World Cocoa Foundation. s.d. **Governança-CocoaAction Brasil**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1RShY-Z2SjeCrW1AcGNKEIQIHtAO0pBg/view>>. Acesso em: 15 de Abril de 2023.

WCF - World Cocoa Foundation. s.d. **History**. Disponível em: <<https://www.worldcocoafoundation.org/about-wcf/history/>>. Acesso em: 15 de Abril de 2023.

WCF - World Cocoa Foundation. s.d. **Our Members**. Disponível em: <<https://www.worldcocoafoundation.org/about-wcf/members/>>. Acesso em: 15 de Abril de 2023.

WCF - World Cocoa Foundation. s.d. **The Cocoa Supply Chain: From Farmer to Consumer**. Disponível em:<<https://www.worldcocoafoundation.org/about-wcf/the-cocoa-supply-chain-from-farmer-to-consumer/>>. Acesso em: 15 de Abril de 2023.

WCF - World Cocoa Foundation. s.d. **Vision and Mission**. Disponível em:<<https://www.worldcocoafoundation.org/about-wcf/vision-mission/>>. Acesso em: 15 de Abril de 2023.

WCF - World Cocoa Foundation. s.d.**Governance**. Disponível em:<<https://www.worldcocoafoundation.org/about-wcf/governance/>>. Acesso em: 15 de Abril de 2023.

WCF -World Cocoa Foundation. **Relatório de Impacto CocoaAction Brasil 2018-2022**. Avanços e percepções dos 5 primeiros anos da iniciativa no Brasil, 2022. Disponível em: <[https://www.worldcocoafoundation.org/wp-content/uploads/2020/05/Relatorio-de-Impacto\\_CocoaAction-Brasil\\_comprimido-compressed.pdf](https://www.worldcocoafoundation.org/wp-content/uploads/2020/05/Relatorio-de-Impacto_CocoaAction-Brasil_comprimido-compressed.pdf)>. Acesso em: 20 de Maio de 2023.

WHITACKER, Guilherme Magon. Agricultura orgânica: estratégia capitalista para a (re) produção do espaço rural. **Geografia em Atos (Online)**, v. 1, n. 12, 2012.

WORLD BANK. **World development report 2020: Trading for development in the age of global value chains**. The World Bank, 2019.

ZUGAIB, Antonio Cesar Costa. **A Agregação de Valores e a Busca por Novos Nichos no Mercado de Cacau**. Metamorfoses do Cacau – Simpósio Internacional II – Cacau e Sustentabilidade no Sul da Bahia – 2011.